



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE CAXIAS
CURSO CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARIA DA CONCEIÇÃO DE ARRUDA DA SILVA

**AUTOLESÃO NA ADOLESCÊNCIA: uma análise sociológica sobre os aspectos que
contribuem para o comportamento autolesivo entre os adolescentes**

Caxias– MA
2022

MARIA DA CONCEIÇÃO DE ARRUDA DA SILVA

**AUTOLESÃO NA ADOLESCÊNCIA: uma análise sociológica sobre os aspectos que
contribuem para o comportamento autolesivo entre os adolescentes**

Monografia apresentada como requisito parcial
para a conclusão do Curso de Ciências Sociais,
da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA.

Orientadora: Prof^a Mestre. Francisca Tatiana
Dourado Gonçalves

Caxias – MA
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

S586a Silva, Maria da Conceição de Arruda da

Autolesão na adolescência: uma análise sociológica sobre os aspectos que contribuem para o comportamento autolesivo entre os adolescentes / Maria da Conceição de Arruda da Silva. __Caxias: CESC/UEMA, 2022.

51f.

Orientador: Prof^ª. Ma. Francisca Tatiana Dourado Gonçalves.

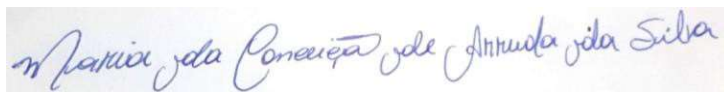
Monografia (Graduação) – Centro de Estudos Superiores de Caxias, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais

1. Autolesão. 2. Adolescência. 3. Sociologia. 4. Risco – Comportamento . I. Título.

CDU 316.346.32-056.6

Elaborada pelo bibliotecário Wilberth Santos Raiol CRB 13/608.

MARIA DA CONCEIÇÃO DE ARRUDA DA SILVA



AUTOLESÃO NA ADOLESCÊNCIA: uma análise sociológica sobre os aspectos que contribuem para o comportamento autolesivo entre os adolescentes

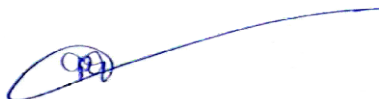
Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Ciências Sociais, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.
Orientador: Profª Mestre. Francisca Tatiana Dourado Gonçalves

Aprovada em 03 / 08 / 2022

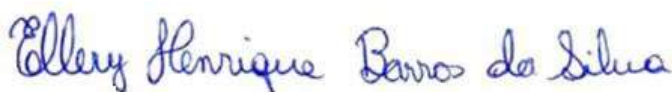
BANCA EXAMINADORA



Profª Mestre. Francisca Tatiana Dourado Gonçalves



(Examinador 1)



(Examinador 2)

AGRADECIMENTOS

A Deus pela minha vida, e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

Aos meus pais, Maria José e Manuel Pessoa, e a meus irmãos, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização desde trabalho.

Ao meu noivo Nalbert Gonçalves, e minha amiga Daynara Lima, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional, apoio e acolhimento demonstrado ao longo de todo o período em que me dediquei a este trabalho.

A professora Tatiana Dourado Gonçalves, por ter sido minha orientadora e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade. Aos meus (as) professores (as) do curso de Ciências Sociais da UEMA, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado e formação.

Aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formando.

À instituição de ensino Universidade Estadual do Maranhão - CESC, essencial no meu processo de formação profissional, pela dedicação, e por tudo o que aprendi ao longo dos anos do curso.

Às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

***“A inteligência é o único meio que possuímos
para dominar os nossos instintos”***
(Sigmund Freud)

RESUMO

O comportamento autolesivo é representado por qualquer atitude provocada intencionalmente que cause algum tipo de agressão direta ao corpo, não necessariamente com intenção suicida consciente ou para exibição no meio social. As formas mais comuns de comportamentos autolesivos, sobretudo na etapa da adolescência, são as agressões superficiais na pele, feitas por objetos cortantes ou perfurantes, arranhões, queimaduras ou mordidas na pele, impactos das partes do corpo contra superfícies sólidas, como paredes e portas. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo geral compreender o fenômeno da autolesão na adolescência, a partir das colaborações e conhecimentos das Ciências Sociais e a da Sociologia da juventude, e os aspectos que contribuem para o comportamento autolesivo entre os adolescentes, visto que o período da adolescência é considerado de risco para a ideação de comportamentos autolesivos e, em situações mais graves, intenções suicidas. Para tanto, a metodologia utilizada consistiu basicamente no método indutivo e revisão bibliográfica, que é desenvolvida a partir do que já foi elaborado e publicado em livros, artigos científicos, teses, dissertações. Foi possível perceber que a autolesão é um fenômeno bastante recorrente entre os adolescentes e constitui um problema de saúde pública, que impacta diretamente não só nos indivíduos que se autolesionam, mas também em suas relações, além de afetar as pessoas da sua rede de convívio nos âmbitos familiar, afetivo e escolar. Com base nas discussões levantadas, concluiu-se que a autolesão entre adolescentes não pode ser banalizada ou tratada como um fenômeno comum, pois além da gravidade inerente a este problema, é preciso lembrar que em situações específicas mais graves, a autolesão pode levar à intenção suicida. Por isso, é necessária uma constante observância de qualquer indício de comportamento autolesivo, tanto pela parte familiar, quanto pelas escolas, para realizar o direcionamento e encaminhamento adequado, a fim de proporcionar a ajuda correta a estes adolescentes.

Palavras-chave: Autolesão. Adolescência. Sociologia. Comportamento de risco.

ABSTRACT

Self-injurious behavior is represented by any intentionally provoked attitude that causes some type of direct aggression to the body, not necessarily with conscious suicidal intent or for display in the social environment. The most common forms of self-injury behavior, especially in adolescence, are superficial attacks on the skin made by sharp or piercing objects, scratching, burning or biting the skin, impacting body parts against solid surfaces, such as walls and doors, between others. Therefore, the present study has the general objective of understanding the phenomenon of self-harm in adolescence, based on the collaborations and knowledge that Social Sciences and Youth Sociology provide to understand the aspects that contribute to self-injurious behavior among adolescents, since the period of adolescence is considered at risk for the ideation of self-injurious behaviors and, in more serious situations, suicidal intentions. Therefore, the methodology used consisted basically of the inductive method and bibliographic review, which is developed from what has already been prepared and published, such as books, scientific articles, theses, dissertations, etc. As exposed throughout this work, it was possible to perceive that self-injury is a very recurrent phenomenon among the adolescent public and a public health problem, which directly impacts not only individuals who self-injure themselves, as well as their relationships, such as it also affects people in your social network, whether in the family environment, friendships, school, etc. Based on the discussions raised, it was concluded that self-injury among adolescents cannot be something trivialized and treated as a common phenomenon, because in addition to the inherent gravity of this problem, it is necessary to remember that in specific, more serious situations, self-injury can lead to suicidal intent. Therefore, it is necessary to constantly observe any evidence of self-injurious behavior, both by the family and by the schools, to carry out the proper guidance and referral, in order to provide the correct help to these adolescents.

Keywords: Self-injury. Adolescence. Sociology. Risk behavior.

LISTA DE SIGLAS

ALNS	Autolesão Sem Ideação Suicida
APA	<i>American Psychiatric Association</i>
CRS	Comportamento de Risco para a Saúde
DSM-5	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
OMS	Organização Mundial da Saúde
PeNSE	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
PNPAS	Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	METODOLOGIA	13
2.1	TIPO DE PESQUISA	13
3	REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1	AS CIÊNCIAS SOCIAIS E A SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE	15
3.2	ASPECTOS BIOPSIKOSSOCIAIS NA ADOLESCÊNCIA	21
3.3	COMPORTAMENTOS DE RISCO: A AUTOLESÃO	28
3.3.1	As principais causas da prática autolesiva	32
3.4	REDES SOCIAIS, FAMÍLIA E ESCOLA: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA SOBRE A AUTOLESÃO ENTRE ADOLESCENTES	37
3.4.1	Autolesão na era da informação e redes sociais digitais	37
3.4.2	Autolesão e a instituição da família	40
3.4.3	A relação entre a escola e a prática autolesiva	43
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

São elevados os números de ocorrências de comportamentos que envolvem autolesão entre os adolescentes, tanto entre aqueles/as que trazem amostras psiquiátricas, como entre a população em geral. Apesar de não se tratar de um fenômeno novo, não existem muitas alternativas e ofertas de tratamentos comprovados, para prevenir situações mais graves, que resultam em um adoecimento mental desses jovens e, muitas vezes, em suicídio, sendo este um problema de saúde pública que afeta o mundo todo.

O comportamento autolesivo é representado por qualquer atitude provocada intencionalmente que cause algum tipo de agressão direta ao corpo, não necessariamente com intenção suicida consciente ou para exibição no meio social (BOMBONATI, 2020). As formas mais comuns de comportamentos de autolesão, sobretudo na etapa da adolescência, são as agressões superficiais na pele feitas por objetos cortantes ou perfurantes, arranhões, queimaduras ou mordidas na pele, impactos das partes do corpo contra superfícies sólidas, como paredes e portas.

Sendo assim, a escolha por pesquisar a autolesão na adolescência se justifica por ser uma fase da vida humana em que o viver é fortemente influenciado pelas intensas mudanças físicas, emocionais e sociais, por intensas sensibilidades emocionais e, também, pela menor capacidade de enfrentamento dos conflitos internos e externos. Assim, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: Qual a importância de se compreender o fenômeno da autolesão na adolescência a partir das Ciências Sociais e da Sociologia da juventude e quais os aspectos contribuintes do comportamento autolesivo entre os adolescentes?

Diante disso, o presente estudo possui como objetivo geral compreender o fenômeno da autolesão na adolescência, a partir das colaborações e conhecimentos das Ciências Sociais e da Sociologia da juventude, e os aspectos contribuintes para o comportamento autolesivo entre os adolescentes, visto que o período da adolescência é considerado de risco para a ideação de comportamentos autolesivos e, em situações mais graves, para intenções suicidas.

Como objetivos específicos, pretende-se caracterizar a importância das Ciências Sociais e da Sociologia da juventude, trazendo elementos de um ramo mais concreto de estudos que ajudam a entender melhor os adolescentes e integrá-los, de fato e definitivamente, à sociedade; tratar dos aspectos biopsicossociais da adolescência, identificando os perfis que demonstram comportamentos autolesivos; caracterizar as principais causas da prática autolesiva entre os/as adolescentes; e apontar as contribuições da Sociologia para melhor

entender os aspectos que contribuem para esses comportamentos, como as redes sociais digitais, família e escola.

O presente estudo se justifica e se mostra relevante tanto no âmbito acadêmico, quanto no social, devido à importância de se compreender o fenômeno da autolesão na adolescência a partir das Ciências Sociais e da Sociologia da juventude, sobretudo os aspectos que favorecem para as ocorrências e desencadeamento de comportamentos autolesivos entre esse público. Outrossim, o desenvolvimento dessa pesquisa visa ampliar conhecimentos acerca desse assunto, inclusive servindo de referência para futuras pesquisas, pois, apesar da constatação da frequência de autolesão entre adolescentes e do aumento nos números dessa prática nos últimos anos, ainda há pouco material científico e pesquisas publicadas com amostras colhidas entre adolescentes no Brasil.

Nesse sentido, é essencial fazer essa relação, tomando como ponto de partida as contribuições e a percepção sociológica sobre esse fenômeno, uma vez que durante muito tempo, os/as adolescentes constituíram um público relegado a segundo plano no meio social, principalmente por conta das transformações sociais e dos movimentos dentro do tecido da sociedade, que pouco considerava acerca do que esse público sentia e pensava. Isso ocorria, sobretudo, porque é na adolescência que, geralmente, acontece a maioria das descobertas da vida. Trata-se de um momento em que os indivíduos buscam sua autonomia em relação ao núcleo familiar, à elaboração psíquica para um *self* integrado. É uma etapa em que eles constituem sua identidade e personalidade próprias, além de intensa interação com os seus pares.

Hoje em dia, os/as adolescentes são bem mais integrados à sociedade, o que ocorre com auxílio de uma atuação conjunta das instituições sociais, como a família e a escola, e por meio de áreas mais concretas de estudos, como a Sociologia da Juventude, que ajudam a entender melhor os jovens e integrá-los, de fato e definitivamente, à sociedade.

Ante o exposto, o presente estudo está organizado da seguinte forma: após a metodologia, o primeiro capítulo do referencial teórico caracteriza a importância das Ciências Sociais e da Sociologia da juventude e elenca a necessidade dos estudos sociológicos, em que a juventude, incluindo os adolescentes, possui um papel cada vez mais importante no meio social, com reflexões e produção escrita que buscam entender e renovar esse olhar acerca desse público. Na sequência do referencial teórico, o tópico seguinte aborda os aspectos biopsicossociais da adolescência, dentre eles, os sociais, físicos, emocionais, biológicos, psicológicos, etc. Depois, discutem-se os comportamentos de risco, especificamente a autolesão; identificam-se os perfis dos (as) adolescentes que demonstram comportamentos

autolesivos e as principais causas dessa prática; destacam-se os perfis, geralmente marcados por falta de mecanismos de adaptação, atitudes pessimistas, dúvidas pessoais e insegurança, distorção da imagem corporal, baixa autoestima, variação e instabilidade emocional, personalidade impulsiva, apreciação desfavorável de si mesmo, suas ações, capacidades e atributos, comportamentos de autodepreciação.

O quarto tópico do referencial teórico traz as contribuições da Sociologia para melhor entender os aspectos que contribuem para esses comportamentos, como as redes sociais digitais, família e escola, como sendo fatores que influenciam na predisposição desses comportamentos e da prática autolesiva, didaticamente divididos em individuais, familiares, sociais, apesar de muitas vezes atuarem de forma conjunta. Por último, apresentam-se as considerações finais deste estudo, descrevendo de modo sucinto os resultados obtidos neste trabalho. Ressalta-se que a análise aqui feita do tema em questão não está fechada e pode apontar para futuros estudos. Por conseguinte, a intenção aqui não é esgotar a temática proposta, mas provocar reflexões futuras a este respeito e formular novas questões, possíveis discussões e diálogos tanto no meio social, como no meio acadêmico.

2 METODOLOGIA

Para compor o método de elaboração do presente estudo, optou-se pelo sistema de busca de algumas palavras-chave, ou seja, descritores do tema abordado: autolesão na adolescência, comportamentos autolesivos, Sociologia da juventude, Ciências Sociais e adolescência, prática autolesiva entre adolescentes, fatores contributivos para a autolesão, entre outros. Essa busca foi importante porque permitiu uma troca de informações com outros pesquisadores que já desenvolveram estudos sobre esse tema, não só no sentido que a pesquisa pretende discorrer, mas também com todos os atores sociais envolvidos.

Desse modo, a metodologia utilizada consiste basicamente no método indutivo, já que se trata de um trabalho acadêmico que se opera no campo teórico-interpretativo da realidade, e por propor uma análise empírica do mundo fático. Levando em consideração que a utilização do método indutivo não exclui o uso do método hipotético-dedutivo e considerando sua necessidade, em certos momentos, faz-se uma dedução demonstrativa do particular a partir de premissas gerais.

Nesse sentido, em razão da adoção do método indutivo, a presente pesquisa não exclui no decorrer do trabalho a utilização do método hipotético-dedutivo, tendo em vista que será necessária, em certos momentos, uma dedução demonstrativa do particular a partir de premissas gerais, já que “o método hipotético-dedutivo pode ser explicado a partir do seguinte esquema: problema – hipóteses – dedução de consequências observadas – tentativa de falseamento – corroboração” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 27).

TIPO DE PESQUISA

Quanto ao tipo de pesquisa, fez-se uma revisão de literatura narrativa, que é desenvolvida a partir do que já foi elaborado e publicado. Os critérios de inclusão são materiais científicos disponíveis em Língua Portuguesa, em formato físico ou virtual, como livros, artigos científicos, teses, dissertações, com uma determinação de período de publicação, a partir dos anos 1990, a fim de colocar o pesquisador em contato direto com maior acervo do que foi escrito acerca da temática. Os critérios de exclusão englobam aqueles materiais que não versam sobre o tema e aqueles em língua estrangeira.

Assim, foi necessário um minucioso levantamento de dados e informações preexistentes sobre o tema aqui pesquisado, tendo em vista a importância dessa pesquisa para o âmbito social, pessoal e acadêmico. Fonseca (2002) destaca a importância da pesquisa

bibliográfica, sustentando que ela é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já discutidas e publicadas em meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites, desse modo, é a base para a efetivação de qualquer trabalho acadêmico.

Da mesma forma, Fonseca (2002) e Marconi e Lakatos (2003) demonstram a relevância da pesquisa bibliográfica e evidenciam que ela é um processo fundamental para a construção de um trabalho científico, pois proporciona o levantamento de dados de diversas fontes.

A escolha por esse tipo de metodologia se dá pelo fato de ela compreender basicamente “um conjunto de dados iniciais e um sistema de operações ordenadas adequado para a formulação de conclusões, de acordo com certos objetivos predeterminados” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 11). A pesquisa bibliográfica busca a constante troca de informações com outros pesquisadores envolvidos com o tema, além de ter contato com o que já foi publicado sobre o assunto.

Quanto ao tipo de abordagem, optou-se pela qualitativa, o que se dá em razão de “não se preocupar com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31). Dessa forma, leva-se em consideração que será aprofundado o estudo de um único tema, não se ignorando, por certo, o uso do método histórico em razão do próprio contexto em que o tema se desenvolve.

Por isso, além da metodologia baseada na revisão bibliográfica, este estudo também está ancorado em dados qualitativos, porque apresenta os resultados a partir de percepções e análises do objeto de estudo, e descritivos, porque traz a observação, análise e registro do fenômeno estudado.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

AS CIÊNCIAS SOCIAIS E A SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE

A sociologia da juventude tem atuação na área de desenvolvimento a partir de uma compreensão sociológica da categoria social juventude, com o objetivo de analisar a emergência e o desenvolvimento histórico dessa categoria, que faz parte da sociedade, bem como de alguns temas envolvendo a juventude. Essa categoria faz referência a uma linguagem comum da sociedade, que possui caráter de intervenção administrativa, no seio dos discursos políticos (PAIS, 1990).

A construção sociológica da juventude permeia as discussões sociais voltadas para essa categoria, as quais incluem o processo de transição da adolescência para a vida adulta e problemas sociais e de saúde pública, como a gravidez na adolescência, inserção no mercado de trabalho, envolvimento de jovens com a violência.

A noção de juventude, associada a um processo de transição entre estádios ou referente a uma faixa etária, encontra-se cada vez mais desatualizada. Tradicionalmente considerada como o período de vida que se estende da infância ou da adolescência à idade adulta, a noção de juventude sempre significou mais do que uma mera etapa do desenvolvimento físico-psicológico. Atualmente, esta noção encontra-se intimamente relacionada com o estatuto social que os jovens têm vindo a assumir nas sociedades ocidentais e industrializadas (DOUTOR, 2016, p. 160).

A discussão acerca da categoria juventude tem sido objeto de estudo de diversas pesquisas, nas mais variadas áreas, como a Psicologia, a Antropologia e outros campos que estudam as alterações físicas, mudanças psicológicas e questões de comportamentos que ocorrem nos sujeitos nessa fase da vida, inclusive a própria Sociologia.

O fato é que o conceito de juventude vem ocupando um lugar de destaque nas produções científicas e acadêmicas há bastante tempo, sobretudo porque essa categoria tem ganhando grande visibilidade social a partir do século XIX, devido à necessidade de pesquisar sobre a consciência social dos jovens, reconhecendo os problemas e as tensões associados inerentes à juventude, inclusive “a constituição do paradigma do jovem como sujeito social, o qual aparece no âmago de um vasto repertório de ideias no espaço público e acadêmico” (GROPPO, 2016, p. 383).

Desse modo, para compreender o fenômeno da autolesão na adolescência, valemo-nos das colaborações e conhecimentos que as Ciências Sociais e a Sociologia da juventude trazem, discutindo conceitos importantes, como os aspectos biopsicossociais da juventude e geração,

culturas juvenis, adolescência e idades da vida, violência e conflito social entre jovens, daí a necessidade de construir uma abordagem sociológica sobre a categoria social juventude (DOUTOR, 2016).

De acordo com Pais (1990), a categoria de juventude se inicia a partir de uma concepção de categoria, que foi manipulada e moldada socialmente, pois como sustenta Bourdieu, “o fato de se falar dos jovens como uma unidade social, um grupo dotado de interesses comuns e de se referirem esses interesses a uma faixa de idades constitui, já de si, uma evidente manipulação” (PAIS, 1990, p. 140). Assim, como uma categoria manipulável, a juventude e os jovens possuem um papel social nos processos sociais e políticos.

Os jovens, como parte importante e constituinte da sociedade, tornaram-se sujeitos sociais, um paradigma que foi construído institucionalmente ao longo dos anos, a partir de pesquisas e estudos, a fim de legitimá-lo.

O paradigma do jovem como sujeito social, na realidade, aparece no âmago de um vasto repertório de termos, ideias, slogans e mesmo chavões. Alguns pesquisadores-chave, em especial, transitaram, desde os últimos anos do século passado, por entre estas instituições, ajudando a constituir versões específicas e locais para o paradigma do jovem como sujeito social, bem como a legitimá-las, sob o respaldo de universidades, órgãos de pesquisa não universitários, agências supranacionais, organizações não governamentais, fundações empresariais, instituições governamentais e mesmo legislativas (GROPPO, 2016, p. 383).

Desse modo, a categoria juventude é estudada pelas Ciências Sociais como uma categoria unitária, devido aos gostos, idade, referenciais, entre outros fatores. Por isso que é importante explorar não somente as possíveis ou relativas similaridades entre “jovens ou grupos sociais de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também – e principalmente – as diferenças sociais que entre eles existem” (PAIS, 1990, p. 140).

Assim, a Sociologia da juventude trabalha buscando o desenvolvimento de modelos explicativos para as principais questões e problemas sociais, sejam eles de que ordem for, vivenciados pelos jovens brasileiros na atualidade. Um dos precursores desses modelos explicativos e estudiosos da sociologia da juventude é Karl Mannheim, na Europa, e as pesquisas desenvolvidas pela Escola de Chicago, nos Estados Unidos, que contribuíram com trabalhos clássicos nessa área, sobretudo em meados dos anos 1920 (OJALA, 2008).

Contudo, conforme os estudos e trabalhos acerca da Sociologia da juventude foram se desenvolvendo, e os pesquisadores começaram a produzir e conduzir suas pesquisas nos anos

20 do século passado, duas tendências foram surgindo, fazendo haver divergências entre os estudiosos sociológicos:

- a) Numa delas, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada «fase da vida», prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizariam essa fase da vida – aspectos que fariam parte de uma «cultura juvenil», específica, portanto, de uma geração definida em termos etários;
- b) Noutra tendência, contudo, a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis, em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações económicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc. Neste outro sentido, seria, de fato, um abuso de linguagem subsumir sob o mesmo conceito de juventude universos sociais que não têm entre si praticamente nada de comum (PAIS, 1990, p. 140).

Como consta no trecho acima, uma tendência tem relação com certa fase da vida, em que a categoria se caracteriza pelos aspectos mais uniformes e homogêneos inerentes aos jovens e a este período da vida humana, ou seja, uma visão geracional. Já na segunda tendência, com uma visão mais classista, a categoria de juventude não é algo homogêneo, pelo contrário, é uma composição diversificada, composta a partir de diferentes culturas de jovens, assim como de diferentes classes sociais, interesses, oportunidades educacionais.

De certo que hoje em dia já há consenso, ainda que relativo, quanto à juventude como categoria social, segundo o qual a juventude não é somente uma condição biológica, mas que tem origem de diversas dinâmicas com múltiplas origens. Ou seja, é um acordo compactando as duas tendências mencionadas acima, uma junção das suas vertentes:

Esta diversidade resulta, portanto, da teia de relações que se estabelecem em torno do jovem, que simultaneamente conferem significados e definem a sua inserção nas sociedades. No âmbito das relações dos jovens com as gerações adultas destacam-se as situações de conflito e de solidariedade que se expressam ao longo da vida. A condição juvenil apresenta-se como sendo uma construção recente, ou seja, uma categoria moderna. Correspondendo a uma etapa de excessivas definições de identidade pessoal e social, a condição juvenil requer um grau de elevada experimentação nas diversas esferas da vida (DOUTOR, 2016, p. 163).

Desse modo, percebe-se que a condição de jovem tem relação com o fato de esses sujeitos viverem uma fase específica do ciclo de vida humana, em conjunto com um momento histórico e cultural específico. Esse conjunto de fatores resulta em categorias diferentes de juventudes, ou seja, não é possível analisar os comportamentos dos jovens brasileiros em 2022 na mesma perspectiva dos jovens estadunidenses em 2022.

Assim, a juventude contemporânea como categoria social deixou de ser apenas uma condição biológica e se tornou também uma definição simbólica, isto é, esses sujeitos não são

jovens apenas pela idade, pois assumem essa característica juvenil por meios das mudanças culturais. Essa é uma questão que permeou os estudos de Karl Mannheim, nos quais ele buscou apresentar “O problema das gerações” na segunda metade do século XX, estudando acerca da possibilidade de as novas gerações contribuírem com a reforma ou a revolução do sistema social (OJALA, 2008).

Karl Mannheim foi um dos principais representantes da tendência geracional, que concebe a categoria da juventude a partir de uma determinada etapa etária da vida. Ele acrescentou nessa corrente a sua perspectiva reformista, incluindo a “noção de moratória psicossocial (ou simplesmente social), vinda da psicanálise de Erik Erikson” (GROPPO, 2016, p. 385). Isso significa determinada condescendência do contexto social para que o jovem possa vir a experimentar certos papéis até poder construir e definir a sua personalidade e sua identidade.

É por conta disso que muitas vezes os jovens acham as situações rotineiras e o convívio com a família bastante tediosos, e acabam demonstrando certa oposição aos pais e às gerações mais antigas, como forma de demonstrar o processo de diferenciação e a busca por uma identidade própria e singular. Nesse sentido, o aspecto geracional entra em ação, visto que nessa etapa da vida, os jovens passam a se abrir mais para o mundo externo, no qual o pertencimento ao grupo de pares se torna essencial (ALMEIDA, 2015).

Por isso que muitos estudiosos da Sociologia da juventude concebem o período da adolescência como uma fase de risco para a ideação de determinados modelos de comportamentos. Há uma vertente que estuda a juventude a partir de análises sociológicas voltadas para a questão da juventude marginalizada ou em situações de vulnerabilidades. Essa problemática remete mais para a tendência classista anteriormente citada, que considera aspectos como diferenças geográficas, de gênero, de cores e etnias, classes sociais, moradia na zona urbana ou na zona rural.

Assim, todos esses fatores influenciam na forma como a categoria social de juventude é concebida e vista pela sociedade e estudiosos do ramo, assim como para a própria atuação juvenil, que na atualidade tem sido mais evidenciada pelas mídias com análises sociológicas voltadas para os problemas sociais:

Diante da realidade do mundo moderno, a atuação dos jovens varia de um tempo para o outro, de país para país e entre as regiões. Os jovens em áreas urbanas vivem de uma maneira, em campo rural de outra. Jovens negros podem ter estilos de vida diferentes, as jovens mulheres viver diferentemente dos homens. Inúmeras podem ser as respostas dos jovens aos desafios presentes no mundo contemporâneo que é intrinsecamente diferente das décadas anteriores em termos de mudanças

tecnológicas, de valores, formas de sociabilidade e ideologias. Perante esta realidade, é possível observar e analisar os modelos de comportamentos dos jovens (OJALA, 2008, p. 9-10).

Os aspectos sociais mencionados no trecho remontam à categoria social de juventude, que engloba sujeitos a partir de determinada etapa da vida humana, ou seja, a perspectiva geracional, em que os jovens precisam da convivência com outros para auxiliar no desenvolvimento da empatia, da capacidade de ver o mundo por diferentes perspectivas, e de recursos para o gerenciamento das relações interpessoais (ALMEIDA, 2015), assim como a perspectiva classista, em que essa categoria é concebida a partir de um conjunto social necessariamente diversificado cultural, social, genericamente.

Entender essas nuances da categoria de juventude a partir dos aspectos sociológicos é essencial para poder compreender os problemas sociais voltados para essa categoria, até porque trata-se de um período que apresenta determinada instabilidade associada a determinados problemas sociais.

Quando os jovens não demonstram empenho para resolver ou lidar com esses problemas, são taxados de irresponsáveis, e a responsabilidade para contornar tais problemas é associada aos adultos, por isso que “a partir do momento em que vão contraindo estas responsabilidades, os jovens vão adquirindo o estatuto de adultos” (PAIS, 1990, p. 141).

Para tratar dos problemas sociais da juventude, bem como dos modelos de comportamentos dos jovens, Groppo (2016) apresenta suas contribuições e ressalva que a juventude atual enfrenta problemas relacionados com o “prolongamento desta fase de vida e com o subsequente atraso na transição para o estado adulto; aliás, o prolongamento da escolaridade e as dificuldades na obtenção do primeiro emprego são, precisamente, alguns dos exemplos desta situação” (DOUTOR, 2016, p. 161). Já Pais (1990) chama a atenção para os problemas sociais relacionados com a inserção dos jovens no mercado de trabalho:

Os problemas que, contemporaneamente, mais afetam a juventude – fazendo dela, por isso mesmo, um problema social – são correntemente derivados da dificuldade de entrada dos jovens no mundo do trabalho. [...] As dificuldades de acesso a um emprego refletem-se nas dificuldades de acesso à habitação. Alguns jovens recém-casados veem-se forçados a coabitar com os pais, o que pode também constituir fonte de problemas, para já não falar dos que retardam a idade de casamento e continuam a viver com os pais, por dificuldades de obtenção de emprego e casa própria (PAIS, 1990, p. 141-142).

Desse modo, esses fatores relacionados com a juventude constituem-se como contributos importantes para determinar muitos dos aspetos das sociedades, principalmente aqueles nos quais os jovens estão inseridos, pois são problemas sociais inter-relacionados. O

prolongamento da juventude, por exemplo, muitas vezes existe justamente pela dificuldade e demora da entrada dos jovens no mercado de trabalho, o que os leva a permanecerem mais tempo no seio do âmbito familiar, devido à impossibilidade de saírem e se manterem sozinhos.

Dados estes e outros problemas sociais, é que os modelos de comportamento da juventude começaram a ser objeto de um crescente interesse científico, sobretudo na década de 80 do século passado. Essa delimitação da categoria social da juventude ajudou a dissociar os jovens das crianças, e “noção do jovem como sujeito social evitaria que os jovens fossem tratados de modo similar às crianças, ao se reconhecer a maior capacidade de ação social dos primeiros.” (GROPPO, 2016, p. 388).

Sendo assim, cabe ressaltar que, para fins de compressão e análise dos modelos de comportamento, compreende-se aqui, a partir das colaborações e conhecimentos das Ciências Sociais e da Sociologia, que os/as adolescentes se enquadram na categoria de juventude. Até porque são sujeitos que possuem um papel cada vez mais importante no meio social, têm seus próprios problemas sociais, seja sob aspectos psicológicos, sociais, biológicos.

Essa análise dos comportamentos dos adolescentes como parte da categoria de juventude ocorre devido ao fato de essa categoria compreender uma fase da vida humana de desenvolvimento em que se opera a transição entre a infância e a vida adulta, o que obviamente se aplica ao período da adolescência. Além disso, a percepção da adolescência como componente constituinte da categoria de juventude também se dá em razão de ambas serem uma etapa da vida caracterizada especialmente pela turbulência, embora “em algumas culturas humanas, a transição entre a infância e a vida adulta ocorra de maneira tranquila” (ALMEIDA, 2015, p. 1).

Nas sociedades contemporâneas, tanto a adolescência quanto a própria juventude têm se tornado mais longas nas últimas décadas, como afirma Doutor (2016), o que tem contribuído para o surgimento e agravamento dos problemas sociais relacionados com os jovens e adolescentes na atualidade. Hodiernamente, “a verdade é que juventude e problemas sociais passam a ser duas expressões indissociáveis e integrantes dos discursos científicos, políticos e do senso comum.” (DOUTOR, 2016, p. 162).

Além disso, fatores como os avanços e melhorias das condições nutricionais vêm fazendo com que a puberdade seja antecipada, tornado o período da adolescência e, respectivamente, da juventude, mais prolongado. Ademais, a “complexidade da vida moderna, vem ampliando as exigências de formação profissional para a inserção no mercado de trabalho, aumentando o período de dependência dos pais e prolongando o término desta fase” (ALMEIDA, 2015, p. 1).

Por conseguinte, entendidos os conceitos de juventude, a importância da Sociologia da juventude, as vertentes juvenis classista e geracional e como a fase da adolescência se enquadra na categoria social de juventude, cabe adiante abordar os aspectos biopsicossociais específicos do período da adolescência, destacando os perfis que demonstram determinados modelos de comportamentos, como por exemplo, a autolesão, e as principais causas que levam a este comportamento.

ASPECTOS BIOPSIKOSSOCIAIS NA ADOLESCÊNCIA

A juventude, especialmente os adolescentes, compõem um grupo de prioridade no quesito promoção da saúde em razão de comportamentos e vivências aos quais geralmente são mais expostos e que são associados ao contexto histórico, social e cultural em que esses indivíduos estão inseridos e onde o seu desenvolvimento acontece, levando em conta os diversos graus que os expõem a inúmeras situações de risco para a sua saúde, assim como reflexos gerados nas pessoas com quem convivem (OJALA, 2008).

A fase da adolescência se constitui como parte do ciclo vital dos indivíduos e é caracterizada por importantes mudanças e alterações biopsicossociais. No âmbito psicossocial, constam transformações nas relações estabelecidas na escola, o início das experiências intensas de vários sentimentos, o anseio pela autonomia e independência em relação à família, assim como a busca em experimentar novos comportamentos e vivências sociais (ALMEIDA, 2015).

Na perspectiva biológica, são notadas mudanças físicas e hormonais de maneira mais evidente. Em meio a tais alterações biológicas, pesquisas publicadas nos últimos anos têm evidenciado que a utilização de drogas como o álcool e o cigarro, comportamentos sexuais arriscados, antissociais e suicidas, hábitos não saudáveis de alimentação e a prática incorreta de exercícios físicos configuram aspectos importantes de risco para a saúde dos adolescentes, assim como para o seu crescimento e desenvolvimento biopsicossocial (COSTA *et al.*, 2019). No período da adolescência, acontece uma profunda reorganização do cérebro, moldada pelas experiências vividas pelos indivíduos:

Nos casos em que as circunstâncias externas são adequadas, este processo resulta em maior diferenciação, integração e eficiência do funcionamento dos circuitos cerebrais. No início da adolescência, inicia-se um processo de poda de sinapses e neurônios, ocasionando uma redução da substância cinzenta. Sinapses não utilizadas são eliminadas, moldando as redes neurais. Ao mesmo tempo, há um aumento da substância branca, devido à mielinização dos neurônios, com uma melhora da comunicação interneuronal, que resulta em maior eficiência do processamento

cognitivo, autorregulação, e integração dos processos cognitivos e emocionais (ALMEIDA, 2015, p. 14).

Importante salientar que essas mudanças acontecem em diferentes tempos para as distintas regiões do cérebro, no sentido posterior para anterior, prosseguindo até o início da terceira década de vida dos indivíduos. Justamente por representar esses aspectos, é que a fase da adolescência é uma fase em que comportamentos de risco se apresentam, o que deixa ainda mais evidente o porquê de esse período se configurar como uma fase tão particular.

De acordo com Avanci, Assis e Oliveira (2008), a prevalência de comportamentos de risco na adolescência acontece sobretudo em razão das transformações e maturações neuroendócrinas, por causa da consequência indireta das implicações sociais e emocionais resultantes das alterações físicas e hormonais que acompanham a puberdade, além da socialização de gênero. Ainda segundo os autores, é imprescindível que analisemos todos os fatores biopsicossociais que envolvem a adolescência, para, assim, compreender os comportamentos de risco que rodeiam os indivíduos nesta etapa da vida humana:

Específicos fatores familiares ocorridos durante o desenvolvimento têm sido também investigados. A privação de um ou ambos os pais por separação ou abandono, doenças, mudanças de moradia, problemas maternos de saúde mental, nascimento de irmãos, relacionamento familiar ruim ou experiência de violências estão entre os fatores associados a comportamentos de risco. Essas vivências – impactantes, cumulativas ou sincrônicas – podem configurar-se como eventos de vida estressantes, que, relacionados aos desafios trazidos pela adolescência e a outras vulnerabilidades, funcionam como gatilhos para tais comportamentos (AVANCI; ASSIS; OLIVEIRA, 2008, p. 2335).

Desse modo, percebe-se que os desenvolvimentos mental, humano, psicológico, social e biológico dos adolescentes são resultados da interação entre o programa biológico inscrito no código genético e as experiências de vida. Fissuras decorrentes do ambiente familiar e social deflagram deficiências no desenvolvimento da mente, ocasionando vários tipos de desajustamento e dificuldades quando na vida adulta (ALMEIDA, 2015).

No cenário brasileiro, alguns estudos direcionados para a vigilância da saúde de indivíduos na fase da adolescência vêm sendo desenvolvidos a partir de inquéritos associados à utilização de drogas psicotrópicas, ao tabagismo no ambiente escolar, chamado de vigescola, onde a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) foi realizada pela primeira vez na edição de 2009 e desde então, é feita a cada três anos (COSTA *et al.*, 2019).

Essas análises sobre os fatores biopsicossociais que permeiam o período da adolescência são fundamentais para compreender os aspectos que favorecem as ocorrências e

desencadeamento de comportamentos de risco entre os adolescentes, como por exemplo, a depressão, a utilização de drogas, gravidez na adolescência, a autolesão.

Estes estudos são necessários para produzir conhecimento sobre os comportamentos de risco entre adolescentes, que auxiliam no debate sobre tais fenômenos e ajudam nas discussões voltadas para a promoção da saúde desses indivíduos, além de contribuir com formas de tratamento e encaminhamento adequado para os adolescentes que precisam de algum tipo de apoio. Isso abre discussões sobre as políticas de saúde, que podem impedir e reduzir a ocorrência e recorrência de comportamentos de risco nessa fase.

Essas discussões, por sua vez, também auxiliam na compreensão dos fatores que colaboram para o surgimento de comportamentos de risco entre os adolescentes, e as modificações cerebrais e os aspectos psicológicos na adolescência são dois caminhos que facilitam essa compreensão. Sobre estes últimos, ressalta-se a importância da revolução cognitiva que acontece nessa fase:

Na adolescência, o pensamento deixa de ser limitado aos aspectos concretos da realidade externa, ganhando a possibilidade de operar com abstrações. O adolescente passa a compreender as questões científicas e humanísticas mais complexas, podendo se envolver em discussões filosóficas sobre ética, moral e política. O desenvolvimento cognitivo resulta da reorganização cerebral, em especial do córtex pré-frontal dorsolateral, decorrente da interação entre mudanças geneticamente programadas e as experiências de vida. Uma vez que as experiências moldam os circuitos cerebrais, é necessário que o adolescente vive num ambiente cultural rico. Se não há acesso a experiências que propiciem o desenvolvimento, o mesmo não ocorre, resultando em falhas na capacidade de pensar abstratamente (ALMEIDA, 2015, p. 14).

O desenvolvimento cognitivo na fase da adolescência é um dos aspectos mais importantes na estruturação da mente e na formação da personalidade e da identidade dos indivíduos. As experiências e vivências que vão sendo construídas e acumuladas ao longo da etapa da adolescência constituem um pilar fundamental para a modulação dos circuitos cerebrais, daí a necessidade de que os adolescentes tenham experiências culturais ricas e diversificadas.

Um desenvolvimento biopsicossocialmente bem estruturado diminui as probabilidades de falhas na capacidade de pensar abstratamente e, conseqüentemente, na ocorrência de situações envolvendo comportamentos e vivências considerados de risco, que muitas vezes, acabam sendo potencializados em razão dos contextos socioeconômicos, culturais e familiares fragilizados (COSTA *et al.*, 2019).

Os aspectos biopsicossociais englobam os processos de crescimento, desenvolvimento e maturação, que geralmente abrangem a infância e a adolescência, já que levam em média 20

anos antes de se completarem. Justamente por isso, por ser uma fase de processos complexos, é que as mudanças físicas, psíquicas e sociais da adolescência aprofundam a condição de vulnerabilidade e podem aumentar as ocorrências de comportamentos considerados de risco, como a autolesão e início precoce do uso de substâncias psicoativas.

Para Bittencourt, França e Goldim (2015, p. 312), a adolescência “consiste em um processo de emancipação afetado por diversos fatores nos quais atitudes, hábitos e comportamentos se encontram em transformação”. Assim, as alterações físicas e psíquicas ocorridas nesse período, somadas com os conflitos decorrentes do meio familiar e social, acabam aprofundando a vulnerabilidade inerente a essa população específica e, por consequência, levando adolescentes a comportamentos considerados de risco.

Quando aqui se fala em vulnerabilidade, está-se referindo a uma condição inerente a todo ser humano, na medida em que todos estamos expostos ao outro e ao mundo, e por eles somos responsáveis (BITTENCOURT; FRANÇA; GOLDIM, 2015). Sendo assim, trata-se da expressão vulnerabilidade como fragilidade, suscetibilidade e necessidade de proteção adicional, que é o caso da categoria de juventude e mais ainda, da categoria de adolescência.

Essa prevalência de comportamentos de risco entre adolescentes tem muita relação com essa condição de vulnerabilidade, em que aqueles adolescentes “com apego inseguro, pouca regulação afetiva e negativa capacidade de resolução de problemas estão altamente vulneráveis aos desafios dessa época da vida” (AVANCI; ASSIS; OLIVEIRA, 2008, p. 2343).

Os adolescentes vivem uma constante busca para encontrar sua real personalidade, manifestando comportamentos extremos e, em determinados momentos, mostram-se negligentes com os cuidados à saúde. A definição sobre vulnerabilidade remete à ideia de fragilidade e de dependência, que se conecta à situação de crianças e adolescentes, principalmente os de menor nível socioeconômico. Devido à fragilidade e dependência dos mais velhos, esse público torna-se muito submisso ao ambiente físico e social em que se encontra. Em determinadas situações, o estado de vulnerabilidade pode afetar a saúde, mesmo na ausência de doença, mas com o abalo do estado psicológico, social ou mental das crianças e dos adolescentes (FONSECA *et al.*, 2013, p. 259).

Desse modo, essa ideia de fragilidade e de dependência tem total associação com a fase da adolescência, justamente por ser um período marcado por diferentes descobertas, além de instabilidade emocional. Trata-se de uma fase na qual são consubstanciadas a personalidade, a identidade, experiências e vivências intensas.

Exatamente por essa razão é que as pesquisas e estudos dos últimos anos têm buscado modificar a visão do senso comum acerca da categoria de adolescentes, pois durante muito tempo, os adolescentes constituíram um público relegado a um segundo plano no meio social,

principalmente por conta das transformações sociais e os movimentos dentro do tecido da sociedade, que pouco considerava sobre o que esse público sentia e pensava.

Com a percepção de tornar os adolescentes parte integrante e essencial da sociedade e, sobretudo, de ter uma visão de uma categoria social que apresenta certas características de vulnerabilidade, é que se enfatiza ainda mais a importância de se refletir sobre as vulnerabilidades e comportamentos de risco que envolvem as crianças e principalmente os adolescentes, uma vez que as condições sociais, históricas, econômicas e ambientais nas quais os indivíduos se encontram acabam comprometendo a qualidade de vida desses sujeitos (OJALA, 2008). Ainda sobre a condição de vulnerabilidade dos adolescentes, ressalta-se o ponto de vista dos autores abaixo:

A condição de vulnerabilidade socioeconômica familiar associada à baixa escolaridade dos genitores, separação conjugal como também a ocorrência de morte e pobreza é considerada na literatura como **fator de risco** para a saúde mental além de contribuir para **comportamentos de risco** e diminuição do desempenho escolar. Esse ambiente físico e social prejudicado favorece a manutenção das desigualdades sociais em saúde, principalmente quando são vivenciados na adolescência (COSTA *et al.*, 2019, p. 5, grifo nosso).

Diante disso percebe-se a essencialidade de compreender os fenômenos relacionados com a fase da adolescência, especialmente porque, como já se referiu aqui, é uma fase da vida humana em que o viver é fortemente influenciado pelas intensas mudanças físicas, emocionais e sociais, com intensa sensibilidade emocional e menor capacidade no enfrentamento dos conflitos internos e externos.

Por isso se vale aqui das Ciências Sociais e da Sociologia da juventude para dar base ao entendimento dos aspectos que contribuem para os comportamentos de risco dos adolescentes. Além disso, a reorganização cerebral que marca o período da adolescência “aumenta o risco da eclosão de diversos transtornos mentais, como a esquizofrenia, o transtorno bipolar, a depressão, os transtornos de ansiedade e os transtornos da alimentação (anorexia nervosa e bulimia)” (ALMEIDA, 2015, p. 15).

Dessa forma, a junção dos fatores de risco ao longo da infância pode ocasionar vulnerabilidades e fragilidades que vão eclodir apenas com a reorganização cerebral da adolescência. Daí a importância de se analisar os aspectos biopsicossociais da adolescência, ou seja, os aspectos sociais, psicológicos e as modificações cerebrais que acontecem na fase da adolescência. Nessa direção, Almeida (2015) destaca os fatores de risco para o desenvolvimento de comportamentos de risco e transtornos de personalidade:

Diversos fatores de risco para o desenvolvimento de transtornos mentais e de personalidades patológicas ao longo da vida foram identificados na infância e na adolescência. Estes fatores podem ser divididos em 1) Individuais (presença de doença física, baixa inteligência, agressividade); 2) Familiares (doença mental, transtornos de personalidade ou dependências químicas nos pais, discórdia familiar, violência doméstica), e 3) Sociais/comunitários (baixa coesão social, residência em locais com alto índice de violência, acesso a drogas ilícitas, más escolas e ausência de serviços comunitários). Fatores de proteção também foram identificados: 1) Individuais (temperamento fácil, maior inteligência); 2) Familiares (boa relação entre os membros da família, acesso a um adulto confiável), e 3) Sociais/comunitários (boas escolas, acesso a bons serviços comunitários, coesão social, pertencimento a grupos esportivos, culturais ou religiosos) (ALMEIDA, 2015, p. 15).

Os fatores listados acima são componentes importantes que permitem uma avaliação das condições de maior ou de menor vulnerabilidade social, psicológica e biológica, tanto individual quanto coletiva entre os adolescentes. A análise desses fatores também possibilita uma compreensão mais ampla dos problemas psicológicos e sociais que permeiam a fase da adolescência.

Como atualmente os adolescentes já são bem mais integrados à sociedade, o que ocorreu com auxílio de uma atuação conjunta das instituições sociais, como a família e a escola, e por meio de áreas mais concretas de estudos que ajudam a entender melhor os jovens e integrá-los, de fato e definitivamente, à sociedade, como a Sociologia da Juventude, é imprescindível que se conheçam as principais vulnerabilidades que acometem as crianças e os adolescentes (OJALA, 2008).

Entre elas, é possível destacar os riscos inerentes aos problemas relacionados ao alcoolismo, conflitos entre casais, tabagismo, indicadores de transtornos como a depressão, comportamentos autolesivos, problemas de saúde pública, como a gravidez na adolescência, dificuldades de ter uma independência em relação à família, inserção no mercado de trabalho, e “a personalidade e o comportamento de adolescentes podem torná-los mais vulneráveis aos riscos do envolvimento com drogas, gravidez precoce e prática do roubo” (FONSECA *et al.*, 2013, p. 260).

Conhecer como vivem e se comportam os adolescentes, principalmente os aspectos biopsicossociais que permeiam essa fase da vida, permite a identificação da magnitude de importantes comportamentos de risco, bem como fatores relacionados à saúde, auxiliando no conhecimento de informações essenciais à orientação de intervenções educativas e assistenciais, além de políticas públicas.

A infância e a adolescência emergem como grupos que apresentam singularidades que os definem e diferenciam dos demais grupos assistidos no Sistema Único de Saúde. Por isso são essenciais as políticas públicas nacionais relacionadas à promoção da

saúde de adolescentes, propostas pelo Ministério da Saúde, em processo de estruturação no âmbito dos governos federal, estadual e municipal. Essas políticas têm como finalidade promover, por meio de metodologias problematizadoras, ações que favoreçam o autocuidado e o empoderamento dos adolescentes; fortaleçam sua autoestima e desenvolvem perspectivas de futuro favoráveis (COSTA *et al.*, 2019, p. 5).

Compreender essas singularidades inerentes à adolescência a partir das Ciências Sociais e da Sociologia da juventude, sobretudo os aspectos que favorecem a ocorrência e desencadeamento de comportamentos de risco entre esse público, é indispensável, especialmente por conta da frequência desses comportamentos entre adolescentes e do aumento das ocorrências nos últimos anos de determinadas práticas, como a autolesão.

Desse modo, uma vez que a fase da adolescência é uma etapa de grande impacto no desenvolvimento humano, que vai se moldando como período crucial no que tange ao surgimento de práticas de comportamentos de risco, depreende-se que a condição de vulnerabilidade que acomete essa fase torna os aspectos biopsicossociais fatores de alerta para a fragilidade diante de situações ambientais, psicológicas, físicas e sociais (BITTENCOURT; FRANÇA; GOLDIM, 2015).

Em uma fase com tantos desafios, todos esses aspectos influenciam sobremaneira no desenvolvimento de comportamentos de risco entre adolescentes. Por isso a importância das Ciências Sociais e da Sociologia da juventude na análise da necessidade dos estudos sociológicos, em que a juventude, incluindo os adolescentes, possui um papel cada vez mais importante no meio social, até “pela necessidade de um meio social que proporcione as boas experiências fundamentais para o estabelecimento de uma organização mental sólida” (ALMEIDA, 2015, p. 15).

Desse modo, tendo em vista que o período da adolescência se constitui como uma fase do ciclo vital permeada por importantes transformações biopsicossociais, é essencial compreender os comportamentos considerados de risco entre os adolescentes, a partir das colaborações e conhecimentos que as Ciências Sociais e a Sociologia da juventude, que proporcionam um melhor entendimento dos aspectos que contribuem para o desenvolvimento desses comportamentos.

Além disso, analisar os comportamentos de risco prevalentes na adolescência a partir de uma abordagem multidisciplinar, ou seja, por meio de um modelo biopsicossocial, é compreender tais fenômenos sob as dimensões biológica, psicológica e social desses indivíduos. Assim, visto que o período da adolescência é considerado de risco para a ideação

desses comportamentos, é essencial fazer essa relação, tomando como ponto de partida as contribuições e a percepção sociológica sobre essa questão.

Portanto, entendidos os aspectos biopsicossociais envolvidos na adolescência, parte-se, no item seguinte, para uma análise mais detalhada acerca dos comportamentos de risco, especialmente a autolesão, uma vez que são elevados os números de ocorrências de comportamentos que envolvem autolesão entre o público adolescente, tanto entre aqueles que compõem as amostras psiquiátricas, como no âmago da população em geral.

COMPORTAMENTOS DE RISCO: A AUTOLESÃO

As práticas voltadas para comportamentos considerados de risco são atitudes deveras complexas e multifatoriais, relacionadas ao processo de desenvolvimento do jovens e adolescentes. Devido a isso, é essencial analisar o conhecimento sobre comportamentos de risco na adolescência, além de se ter que considerar que tais comportamentos afetam as dimensões pessoais, interpessoais e contextuais desses indivíduos e, por isso mesmo, em determinadas situações, essa análise deve ponderar os vários comportamentos de risco de forma simultânea, bem como fatores pessoais, interpessoais e contextuais relacionados.

Entre os comportamentos considerados de risco mais comuns, levantados pelas bibliografias consultadas, estão a utilização de drogas, álcool e cigarro, comportamentos sexuais de risco, conduta antissocial e autolesão (ZAPPE; ALVES; DELL'AGLIO, 2018; MOURA; TORRES; CADETE, 2018; FEIJÓ; OLIVEIRA, 2001). Embora sejam todos temas importantes e dignos de uma análise mais aprofundada, o presente estudo se atenta ao último, que é o fenômeno autolesivo entre adolescentes.

Como analisado nos capítulos anteriores, a fase da adolescência é marcada por um viver fortemente influenciado pelas intensas alterações, físicas, sociais e emocionais, o que acaba contribuindo para comportamentos de risco, como a autolesão. As formas mais comuns de comportamentos de autolesão, sobretudo na adolescência, são as agressões superficiais na pele feitas por objetos cortantes ou perfurantes, arranhões, queimaduras ou mordidas na pele, impactos nas partes do corpo contra superfícies sólidas, como paredes e portas. (FONSECA *et al.*, 2017).

As práticas e comportamentos considerados autoagressivos aumentaram consideravelmente nos últimos anos, tornando-se, então, um desafio no cotidiano dos profissionais de saúde, educadores e familiares (OJALA, 2009). Desse modo, é importante entender as principais causas e as consequências dessas práticas nessa fase da vida humana.

Para compreender os aspectos que contribuem para o comportamento autolesivo entre os adolescentes, tenda em vista que o período da adolescência é considerado de risco para a ideação de comportamentos autolesivos e, em situações mais graves, intenções suicidas, é preciso antes entender o significado do termo autolesão:

Autolesão é um termo que se refere a um grupo de agressões provocadas no próprio corpo de forma deliberada, propositalmente, uma prática atual que frequentemente se manifesta na adolescência e na fase de adulto jovem. Existem duas manifestações desse comportamento: autolesão com pretensão final de suicídio e autolesão sem ideação suicida (ALNS). Na ALNS o dano é superficial e não pretende levar à morte. No entanto, alguns métodos utilizados, às vezes, se sobrepõem àqueles de tentativas de suicídio (p. ex., cortar os pulsos com navalha). Tal comportamento é sempre sinal de risco, não deve ser negligenciado e precisa de atenção especial (AZEVEDO *et al.*, 2019, p. 2).

Desse modo, a autolesão, seja ela com pretensão final de suicídio ou não, constitui-se como um comportamento de risco justamente por ser um tipo de autoagressão provocada no próprio corpo, ou seja, são ações e práticas que não devem ser negligenciadas e que precisam de especial atenção.

De acordo com Zappe, Alves e Dell’aglio (2018), a autolesão é considerada um comportamento de risco, uma vez que é uma prática potencialmente capaz de ameaçar a saúde física ou mental dos adolescentes, seja no presente, seja no futuro. Assim, comportamentos que contribuem para as lesões acidentais e violência, como é o caso da autolesão, estão “significativamente associados às principais causas de morte, invalidez e problemas sociais entre adolescentes e adultos, tanto nos Estados Unidos como no Brasil” (ZAPPE; ALVES; DELL’AGLIO, 2018, p. 80).

Na mesma toada, Feijó e Oliveira (2001) sustentam que a autolesão se configura como um comportamento de risco tendo em vista que existe a participação de práticas que podem comprometer a saúde física e mental dos adolescentes. Os autores ressaltam que muitas dessas práticas podem ser apenas condutas de caráter exploratório e de curiosidades, inerentes a essa etapa da vida. Contudo, precisam ser identificadas precocemente, para não resultar em consequências significativas tanto no nível individual, quanto social e familiar (FEIJÓ; OLIVEIRA, 2001).

O desenvolvimento de práticas e o envolvimento dos adolescentes em atividades que podem vir a comprometer sua saúde física e/ou mental são denominadas de comportamentos de risco para a saúde (CRS). Essas práticas, muitas vezes, são resultado de escolhas e atitudes que tendem a impactar de forma negativa a saúde desses indivíduos, “tornando prematuro o

risco de morbimortalidade, inclusive proporção de adolescentes exposta a um ou mais CRS tem se mostrado elevada em diferentes países” (MOURA; TORRES; CADETE, 2018, p. 2).

Desse modo, fica evidente que a prática da autolesão oferece o risco de comprometer tanto a saúde física quanto mental dos adolescentes, até porque os CRSs apresentados a essa população são vinculados à violência de forma excessiva. A prática repetitiva do próprio indivíduo em infligir lesões superficiais, embora dolorosas, à superfície do seu corpo é caracterizada com CRS, tendo em vista serem “situações consideradas perigosas à saúde de adolescentes e a necessidade de intervenção sobre elas” (MOURA; TORRES; CADETE, 2018, p. 2).

No que toca aos CRSs, é relevante mencionar que comportamentos aceitos socialmente como a utilização de *piercing*, tatuagem, sejam parte de um ritual religioso ou de forma cultural, não são considerados como comportamentos autolesivos, pois não constituem um tipo de violência autodirigida derivada de práticas efetuadas pelo próprio indivíduo, nem se configura como agressões provocadas ao próprio corpo de forma deliberada e proposital (OJALA, 2009).

Outro ponto importante sobre o comportamento de risco autolesivo é quanto à prevalência, sobre o qual “a literatura aponta que as condutas autolesivas ocorrem entre todas as raças/ etnias, condições socioeconômicas, orientações sexuais, crenças religiosas e níveis educacionais” (AZEVEDO *et al.*, 2019, p. 2). Além disso, apesar de não se tratar de um fenômeno recente e novo, não existem muitas alternativas e ofertas de tratamentos comprovados para lidar com esse fenômeno que busquem evitar e prevenir situações mais graves, que resultam em um adoecimento mental desses jovens.

O comportamento autolesivo ocorre em diversas faixas etárias, sendo predominante no sexo feminino. Ao comparar estudos conduzidos em diferentes grupos etários, os adolescentes apresentam uma prevalência mais alta ao longo da vida do que os adultos. Vários são os fatores de riscos, como, características da personalidade, transtornos psiquiátricos, problemas sociais, problemas familiares, uso de substâncias psicoativas, etc. Apesar de funcionalmente não ser acompanhada da intenção de autoextermínio, a autolesão aparece como um fato preditor para o comportamento suicida (FONSECA *et al.*, 2017, p. 248).

Desse modo, destaca-se que os comportamentos autolesivos independem de condições sociais, crenças e etnias, e predominam entre adolescentes do sexo feminino. Apesar da constatação sobre a frequência de autolesão entre adolescentes e do aumento das ocorrências nos últimos anos dos CRSs, ainda há pouco material científico e pesquisas publicadas com amostras recentes colhidas entre adolescentes no Brasil.

Apesar desses fatores e dos apontamentos de Azevedo *et al.* (2019), Gomes (2020) ressalta que o engajamento para as práticas de autolesões geralmente se inicia na fase da adolescência, permanece mais frequente durante essa etapa da vida e pode durar por muitos anos. A American Psychiatric Association (APA) (2014), em seu Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), a partir da sua quinta e mais recente edição de 2014, traz a prática da autolesão não suicida enquadrada no capítulo referente a “Condições para Estudos Posteriores”. Nesse manual, são demonstrados um conjunto de critérios diagnósticos propostos para a consolidação de entidades nosológicas que requerem mais estudos, como é o caso desse comportamento:

Os critérios diagnósticos são definidos segundo evidências empíricas revisadas e se propõem para fins de pesquisas futuras que contribuam para discussão da possibilidade de inclusão de diagnósticos oficiais nas próximas edições do manual. A autolesão não suicida, segundo a definição do DSM V, é o comportamento repetido do indivíduo em realizar lesões superficiais em seu próprio corpo, de maneira intencional, com a expectativa de que a ação resultará somente em dano físico menor ou moderado, ou seja, não se tem objetivo de suicídio no ato, sendo essa sua característica primordial (APA, 2014, apud GOMES, 2020, p. 14).

Nessa mesma linha da APA (2014), a Organização Mundial de Saúde (OMS) também na edição de 2014, coloca a categoria da autolesão não suicida no contexto da violência ou agressão autoinfligida, correspondendo à utilização de força física real ou de ameaça contra si próprio de forma intencional e proposital. A OMS (2014) ainda faz a diferenciação dos tipos de violência autoinfligida, quais sejam: tentativas de suicídio, suicídio, autoflagelação, autopunição e autolesão (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2014).

Diante disso, os perfis dos adolescentes que demonstram comportamentos autolesivos são geralmente marcados por características como a falta de mecanismos de adaptação, atitudes pessimistas, dúvidas pessoais e insegurança, distorção da imagem corporal, baixa autoestima, variação e instabilidade emocional, personalidade impulsiva, apreciação desfavorável de si mesmo, suas ações, capacidades e atributos, comportamentos de autodepreciação (ZAPPE; ALVES; DELL’AGLIO, 2018).

A violência ou agressão provocada contra si mesmo constitui um tipo de violência bastante comum entre o público adolescente, um fator particularmente preocupante por ser uma das grandes responsáveis pelos motivos de adoecimento físico e psíquico dessa população. Soma-se ao comportamento autolesivo o fato de que se trata de um fenômeno que merece atenção especial e que não pode ser uma prática negligenciada, especialmente por parte da família, pois o “relacionamento familiar merece atenção e pode vir comprometer o

desenvolvimento psicológico, emocional e comportamental” (MOURA; TORRES; CADETE, 2018, p. 8).

Os comportamentos autolesivos geralmente são apresentados na literatura como uma prática relacionada à tentativa de enfrentar as emoções e transformações intrínsecas à fase da adolescência, sobretudo àquelas de cunho negativo, como a rejeição, conflitos familiares, desvalorização, busca por independência.

Os comportamentos que apresentam um quadro de autodestruição são um problema de saúde pública, o que proporcionou o despertar de um crescente interesse no que se relaciona à investigação, que apresenta cuidadosamente, desse modo, o impacto da automutilação na vida do indivíduo. No que se referem ao globo, as estatísticas de comportamentos autolesivos em adolescentes têm tido um crescimento, de forma que a autolesão é uma sériíssima problemática entre os jovens e uma área relevante de política social e prática profissional nos países do Ocidente. Tais comportamentos podem se manifestar de maneira crônica e desencadear graves riscos a quem se envolve com eles. Para além disso, podem se apresentar em padrões de repetição que podem variar em nível de lesão, intensidade e ruptura com o âmbito social (MENDES, 2018, p. 11).

Como corrobora a autora, o CRS relacionado à prática da autolesão é um problema sériíssimo em todo o mundo. Embora esse fenômeno ocorra em outras fases da vida humana, não se restringindo apenas ao público adolescente, a preocupação com essa fase ocorre porque é justamente nesse período que os adolescentes acabam achando as situações rotineiras e o convívio com a família bastante tediosos, manifestam oposição aos pais e às gerações mais antigas, demonstram diferenciação, buscam uma identidade própria e singular e, muitas vezes, esse processo pode resultar na consequência da autolesão.

As pesquisas mais recentes têm destacado com mais unanimidade a prevalência do comportamento autolesivo na adolescência entre os 13 e 14 anos, além do fato de que essa prática pode ocorrer pelo menos uma vez na vida, durante o processo relacionado ao período da adolescência (AZEVEDO *et al.*, 2019). Os CRSs associados à autolesão envolvem os fatores sociais, emocionais e biológicos inerentes à adolescência, que se configuram como aspectos importantes de risco para a saúde desses indivíduos, assim como para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial dos mesmos.

As principais causas da prática autolesiva

Entendidas algumas nuances acerca do CRS relacionado à prática da autolesão entre o público adolescente, cabe analisar os aspectos que contribuem para o comportamento

autolesivo entre os adolescentes, bem como as principais causas que levam ao desenvolvimento dessa prática (MENDES, 2018).

Importante rememorar que, a partir das colaborações e conhecimentos das Ciências Sociais e da Sociologia da juventude, foi possível discutir conceitos importantes, como os aspectos biopsicossociais da adolescência, culturas juvenis e idades da vida, violência e conflito social entre indivíduos adolescentes. Com essa discussão inicial e visão sob a perspectiva sociológica sobre a categoria de juventude e adolescência, é pertinente abordar o fenômeno da autolesão na adolescência (PAIS, 1990).

Como muitos estudiosos da Sociologia da juventude concebem o período da adolescência como uma fase de risco para a ideação de determinados modelos de comportamentos, um dos aspectos que, sem dúvidas, influenciam para o desenvolvimento do CRS autolesivo é a questão familiar. Como já mencionado, a fase da adolescência é um momento geralmente marcado por intensas emoções e transformações hormonais, o que pode gerar determinada desunião entre a família, ou seja, certa oposição aos pais e às gerações mais antigas.

Esses conflitos se dão “em decorrência do adolescente encontrar-se em uma fase de questionamentos e reflexões que fazem com que não consigam seguir regras, aumentando conflitos e sentimentos de não aceitação e compreensão de seus pais” (OLIVEIRA; SOUZA; COSTA, 2021, p. 7). Ocorre que com esses conflitos mais evidentes e recorrentes na fase da adolescência, quando o indivíduo acaba se sentindo pressionado, encurralado, inseguro, desvalorizado ou mesmo rejeitado por parte da família, o que pode levá-lo a provocar agressões no próprio corpo de forma deliberada e proposital, ou seja, como forma de resposta ao problema vivenciado (DOUTOR, 2016).

De acordo com Azevedo *Et al.* (2019), as questões familiares também estão entre os fatores que influenciam para a predisposição às práticas da autolesão sem ideação suicida. A família entra com os seguintes fatores de risco ou predisponentes às práticas autolesivas não suicidas entre adolescentes (AZEVEDO *et al.*, 2019):

- Separação conflituosa dos pais ou abandono afetivo do pai e/ou da mãe;
- Desvalorização, rejeição por parte da família;
- Violência familiar;
- Dependência de álcool ou drogas;
- Relação familiar disfuncional;
- Transtornos psíquicos ou depressão de um dos pais ou ambos.

Lembrando que esses fatores relacionados à família são apenas aqueles destacados por Azevedo *et al.* (2019) como principais contributivos do desenvolvimento da prática da autolesão em adolescentes. No mesmo sentido, Fonseca *et al.* (2017) também destacam os problemas familiares como fatores de risco, inclusive ressaltam que para lidar com esse problema, “deve-se considerar a necessidade de profissionais que estejam preparados para identificar, avaliar os riscos e promover ações na conexão entre escola, setor de saúde e família” (FONSECA *et al.*, 2017, p. 255).

Diante dos problemas familiares enfrentados, o adolescente ao provocar algum tipo de agressão ao próprio corpo, causa uma sensação de dor corporal, que se soma com a liberação de β -endorfina. Esse processo constitui uma forma de distração desse indivíduo em relação aos sentimentos negativos, de rejeição, conflitos, frustração e angústia, e lhe proporciona a sensação que se compreende por alívio, pelos menos temporariamente (MENDES, 2018).

Outra causa apontada pelos estudiosos que leva ao desenvolvimento da prática da autolesão entre adolescentes são os problemas da ordem social. Segundo Mendes (2018, p. 29), “o comportamento autolesivo pode iniciar-se por caráter exploratório ou por influência do meio social em que o adolescente se encontra”. Isso porque os “adolescentes com comportamento autolesivo experimentam sentimentos e pensamentos negativos ou dificuldades interpessoais e assim sentem a necessidade de se envolver com comportamento de autolesão” (FONSECA *et al.*, 2017, p. 254). Os problemas sociais podem, sim, ser desencadeadores da prática de autolesão nos adolescentes, tendo em vista que a adolescência contemporânea é, sobretudo, uma construção social, consequência das condições sociais em que o adolescente está inserido.

Além disso, tendo em vista que o período da adolescência é crucial para a aquisição de hábitos sociais, as condições sociais em que se encontra o adolescente podem influenciar na ideação de determinados modelos de comportamentos, em que “o adolescente descobre e organiza seus papéis sociais e crenças que servirão de base para seu desenvolvimento psíquico durante sua vida” (GOMES, 2020, p. 17).

Nesse sentido, Azevedo *et al.* (2019) também elencam as questões sociais como fatores que influenciam para a predisposição às práticas da autolesão sem ideação suicida, listando os seguintes aspectos predisponentes às práticas autolesivas (AZEVEDO *et al.*, 2019):

- *Bullying e cyberbullying*;
- Colegas e conhecidos que se auto agridem;
- Problemas no que se refere às relações sociais;
- Informações sobre autolesão pela mídia no mundo digital;

- Dificuldade de relacionamento e relações sociais que ligam o indivíduo ao grupo;
- Isolamento ou ruptura com o âmbito social;
- Críticas regulares e ausência de afetuosidade;
- Necessidades de adaptação e readaptação internas e externas;

Como a adolescência se configura como um período que apresenta determinada instabilidade associada a determinados problemas sociais, os indivíduos que se encontram nessa fase da vida, às vezes, não demonstram empenho para resolver ou lidar com esses problemas, e aí são taxados de irresponsáveis, mesmo que a responsabilidade para contornar tais problemas seja associada aos adultos (PAIS, 1990; DOUTOR, 2016; ALMEIDA, 2015).

Com esse sentimento de incapacidade e de não correspondência às expectativas sobrepostas diante dos problemas sociais insurgentes, tais circunstâncias acabam levando ao desenvolvimento interpessoal, com pouca habilidade para lidar com as próprias emoções e o autocuidado. Tanto que, em média, “90% dos indivíduos que apresentam tal comportamento referem que ao longo de sua existência foram desencorajados a externalizar suas emoções, especialmente a raiva e a tristeza” (AZEVEDO *et al.*, 2019, p. 4).

Outro aspecto que contribui para o comportamento autolesivo entre os adolescentes são os fatores neuropsicológicos, relacionados a algum tipo de transtorno ou sofrimento psíquico. Isso porque esses fatores geralmente estão “diretamente relacionados a comportamentos autolesivos, enfatizando, por conseguinte, que estes são somente mais uma das características, isto é, não são os únicos que tem influência nesse tipo de conduta” (MENDES, 2018, p. 20).

Um dos principais transtornos que afetam os adolescentes, principalmente o público feminino, é a prevalência de transtornos do comportamento alimentar. Esses transtornos “influenciam a relação de cada ser humano com o alimento, ao desencadear, por exemplo, uma série de situações patológicas, como vômitos autoinduzidos, restrição alimentar patológica, compulsão alimentar e purgação” (MOURA; TORRES; CADETE, 2018, p. 7). Desse modo, o medo excessivo de engordar, sobretudo por parte das adolescentes, constitui-se como fator de risco ou predisponente para as práticas autolesivas. Os transtornos por uso de substâncias psicoativas também podem levar ao desenvolvimento da prática da autolesão entre adolescentes:

A satisfação imediata proporcionada pelo uso de substâncias psicoativas (SPA) vem ao encontro do comportamento impulsivo e do imediatismo muitas vezes presentes nos jovens dessa faixa etária. Tal fato, somado às transformações físicas e psíquicas 3 e aos conflitos com o meio familiar e social, acaba por aprofundar a vulnerabilidade

inerente a essa população específica [adolescentes]. Acredita-se que o uso precoce de SPA pode vir a ser fator limitante do desenvolvimento saudável, tanto no âmbito físico quanto psicossocial. O consumo precoce de álcool e drogas pode levar o jovem a afastar-se de seu desenvolvimento normal, expondo-o ao risco de evoluir do uso experimental para a dependência (BITTENCOURT; FRANÇA; GOLDIM, 2015, p. 312).

Como observado, os transtornos associados à utilização de substâncias psicoativas pelos adolescentes podem se configurar como fatores de risco para as práticas de agressão ao próprio corpo, pois agredir o corpo não significa, necessariamente, que seja automutilação. Tanto o medo excessivo de engordar quanto o consumo precoce de álcool e drogas tendem a limitar o desenvolvimento saudável desses indivíduos e, por conseguinte, acabam comprometendo a sua saúde física e mental.

Além desses transtornos citados, Azevedo *et al.* (2019) também elencam como fatores que influenciam para a predisposição às práticas da autolesão sem ideação suicida transtorno de personalidade limítrofe, ansiedade, depressão. Aqui não cabe detalhar e aprofundar cada um deles em razão da extensão limitada do presente estudo e também por não ser o foco deste trabalho.

Outra causa apontada pelos estudiosos que leva ao desenvolvimento da prática da autolesão entre adolescentes são as características pessoais. Como se sabe, a fase da adolescência é caracterizada por importantes mudanças e alterações biopsicossociais, como as transformações nas relações estabelecidas na escola, o início das experiências intensas de vários sentimentos, o anseio pela autonomia e independência em relação à família, a busca por experimentar novos comportamentos e vivências sociais (ALMEIDA, 2015).

Todas essas transformações biopsicossociais que ocorrem nessa fase da vida fazem surgir muitos questionamentos sobre a personalidade desses indivíduos em plena formação acerca de sua identidade e singularidades. Assim, algumas características podem vir a ser desencadeadoras da prática de autolesão nos adolescentes. Azevedo *et al.* (2019) apontam algumas dessas características:

- Falta de mecanismos de adaptação e readaptação;
- Pessimismo;
- Insegurança;
- Distorção da imagem corporal;
- Baixa autoestima;
- Instabilidade emocional;
- Impulsividade;

- Autodepreciação

Mendes (2018) acrescenta à lista acima a agressividade, impulsividade e intenção suicida. Essas características ficam mais evidentes e intensas no período da adolescência, justamente por conta das alterações físicas, mudanças psicológicas e de humor, além das questões de comportamentos que ocorrem com mais intensidade nos sujeitos nessa fase da vida.

Para buscar uma forma de alívio e fuga a esses sentimentos, o adolescente se autolesiona, não necessariamente para provocar uma dor no processo de automutilação, mas, sim, para apaziguar esses sentimentos, como a sensação de alívio vista como um benefício, ainda que temporário, em vista à lesão infligida no próprio corpo.

REDES SOCIAIS, FAMÍLIA E ESCOLA: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA SOBRE A AUTOLESÃO ENTRE ADOLESCENTES

Neste tópico, apresentar-se-á uma abordagem sociológica acerca do comportamento autolesivo entre adolescentes, para melhor entender os aspectos que contribuem para esses comportamentos, como a questão da era da informação e das redes sociais digitais, família e escola.. Os fatores que influenciam na predisposição desses comportamentos e da prática autolesiva podem ser didaticamente divididos em individuais, familiares, sociais, apesar de muitas das vezes atuarem de forma conjunta.

Autolesão na era da informação e redes sociais digitais

Hoje em dia, no auge da era da informação e da febre das redes sociais digitais, muitos adolescentes são influenciados para CRS, e até para comportamentos autolesivos, por meio de pessoas do meio midiático. Daí a importância de compreender que nessa era das virtualizações dos relacionamentos e da lógica do consumo, é essencial discutir sobre os efeitos e influência desses mecanismos midiáticos na estruturação da psique adolescente, sem deixar, porém, de considerar o microssistema e mesossistema (família, escola, escola) e, assim, analisar o conjunto de interações que influenciam no desenvolvimento do comportamento autolesivo entre adolescentes (SÔNEGO; FURSTENAU 2021).

A era da informação, bem como as redes de sociabilidade constituem uma expressão das condições do mundo fora do ambiente virtual, até porque não é possível conceber as mídias separadas do mundo social e da cultura que lhes dão forma e significado (CAVALCANTE, 2015). Por conta dessa influência, “existe uma influência midiática para o ato autolesivo (citam

séries, e filmes que apresentam o suicídio e blogs em que conversam com outros praticantes de cutting)” (SÔNEGO; FURSTENAU, 2021, p. 60405).

Nessa mesma linha, de acordo com Mendes (2018, p. 11), nas últimas três décadas, “há um paulatino crescimento em relação à inclinação pela temática da autolesão, em parte como resposta à atenção dos meios midiáticos para este comportamento”. Ou seja, é impossível negar que a rapidez e volatilidade das informações, bem como a ampliação das possibilidades de interação, sobretudo entre o público adolescente, possuam grande influência no desenvolvimento de comportamentos envolvendo a autolesão na atualidade. Nesse sentido, é pertinente discutir como o fator midiático se faz tão importante e presente para compreender o fenômeno da prática autolesiva entre os adolescentes. Segundo Sônego e Furstenau (2021):

- Busca de informação: os adolescentes não se sentem confortáveis para procurar informações ou apoio dos locais aonde eles acham que deveriam ter essas informações. Infelizmente, ainda existe pouca conscientização de fontes de informação confiáveis, o que pode levar esses adolescentes a fontes de informação não confiáveis, como sites, aplicativos e blogs, onde eles se sentem mais à vontade para falar sobre a autolesão, o que pode acabar potencializando essa prática.
- 2. Efeitos de contágio: isso seria as informações e dados com caráter problemático a respeito do fenômeno da autolesão, com conteúdo que podem acabar encorajando novos adolescentes a se envolverem com essas práticas. Ou seja, são conteúdos disseminados de forma equivocada e imprudente que acabam chegando aos adolescentes através do meio midiático, de forma a encorajar esses indivíduos a praticar a autolesão.
- 3. Flutuação e retardamento da estruturação da identidade: pela possibilidade de criação de várias identidades no espaço virtual, cumprindo a vontade de quem se quer ser, ou *nicknames* para poder expressar o que deseja sem se responsabilizar por isso ou ter sua identidade comprometida, o fechamento da identidade pode ser adiado de forma indefinida. Isso porque o “adolescente se sente desconexo, não se encaixa, aumenta a ansiedade, baixo autoestima, leva ao desapego das relações familiares” (SÔNEGO; FURSTENAU, 2021, p. 60392).
- 4. Desterritorialização das relações virtuais: esse segmento se aplica quando adolescentes participam de diferentes grupos em valores, cultura, etc., sem se agregar em laços afetivos reais, ou vínculos relacionais de pertencimento real a um grupo específico. É como se eles pertencessem a muitos, mas também não pertencessem a ninguém, algo que pode gerar um vazio existencial.

- 5. Autoflagelação digital: esse segmento realiza a divulgação de suas práticas e atos de autolesão, ou para pedir ajuda, ou para parecer legal diante dos seus seguidores e “amigos”, ou para receber atenção de alguém específico.
- 6. *Munchausen Digital*: esse segmento ocorre quando o adolescente provoca uma espécie de autoassédio, fazendo a si mesmo perguntas anônimas e depois as responde publicamente. Esse comportamento se assemelha aos “distúrbios psiquiátricos conhecidos como Síndrome de Munchausen, tendo como sintoma a imposição do paciente de [autolesão] em uma busca por simpatia, atenção e admiração por sua capacidade de lidar com a 'vitimização'” (SÔNEGO; FURSTENAU, 2021, p. 60392).

Dessa forma, a era da informação possibilita a facilidade de mecanismos, como as redes sociais digitais, para funcionar como um espaço de propagação e disseminação dessa prática, em que os adolescentes compartilham seu sofrimento e as maneiras de praticar a autolesão, por exemplo. Tanto que a autolesão “não suicida está fortemente presente nas mídias sociais e tal fato pode encorajar e influenciar os adolescentes ao comportamento” (GOMES, 2020, p. 32).

Dessa forma, as redes sociais digitais, bem como o meio midiático em geral, acabam se tornando uma agravante para o desenvolvimento e compartilhamento de comportamentos associados à autolesão. Ocorre que muitos desses adolescentes, no auge das suas mudanças biopsicossociais, não possuem o apoio e estrutura da família como base sólida, “fundamental no equilíbrio do indivíduo, contribuindo para uma solidão dentro dos próprios lares, onde eles buscam frequentemente as redes sociais como refúgio para não se praticar o diálogo e laços de afetividade familiar” (BOMBONATI, 2020, p. 20).

Assim, as mídias eletrônicas possuem um papel considerável de importância para se pensar no fenômeno da autolesão entre esse público e, principalmente, para o crescimento e visibilidade desse comportamento nos últimos anos, que foi justamente o período em que essas plataformas digitais ganharam mais destaque, como por exemplo, o *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *Whatsapp*. Logo, a abordagem sociológica acerca da autolesão, “no âmbito das culturas jovens urbanas, é no mínimo intrigante, uma vez que, na contemporaneidade, elas expressam o ápice da moda, do consumo e das mídias eletrônicas no seio da juventude” (CAVALCANTE, 2015, p. 36).

Esse prisma exige atenção porque na atualidade, “a adolescência está permeada por fatores diferentes, como o impacto da tecnologia no cotidiano juvenil, que favorece a superficialidade na aquisição de conhecimentos” (GOMES, 2020, p. 19). Sendo assim, a era da

informação e essas redes de sociabilidade também representam um importante ambiente de socialização entre os adolescentes e de disseminação de comportamentos, inclusive CRS, como é o caso da autolesão.

Nas redes sociais como o *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *Whatsapp*, que possuem como princípio sociabilizar, no anonimato ou não, os adolescentes podem então compartilhar e trocar informações com outros, que pensam de forma semelhante, compartilham dos mesmos interesses. A prática da autolesão também pode ser considerada “como um fenômeno ‘de modinha’ para diferentes grupos identitários, com o uso das redes sociais como veículo de comunicação, linguagens depreciativas, vídeos com frases e músicas de cunho depressivo” (BOMBONATI, 2020, p. 20, grifo non original).

Como a adolescência é uma fase da vida humana em que o viver é fortemente influenciado pelas intensas mudanças físicas, emocionais e sociais, com intensa sensibilidade emocional, e também pela menor capacidade no enfrentamento dos conflitos internos e externos, os adolescentes encontram nessas redes sociais um espaço de acolhimento, semelhança e identificação:

Em revisão de literatura buscou-se evidências sobre a influência potencial da internet no comportamento suicida ou autolesivo em jovens, trazendo danos e benefícios dessa influência. Existe o risco de normalização, competição e contágio do fenômeno por meio de disseminação de métodos e imagens que incentivam o ato. Por outro lado, a Internet pode ser utilizada para realizar intervenções e tratamentos on-line, diminuição do sentimento de solidão e isolamento, suporte a crises. Concluiu-se também que adolescentes e jovens usam redes sociais para comunicar angústias, especialmente com pares (GABRIEL *et al.*, 2020, p. 7).

Como observado, os estudos demonstram que as redes sociais, embora também possam ser utilizados para fins benéficos, como intervenções e tratamentos virtuais, influenciam, sim, no fenômeno da autolesão, pois os adolescentes, como um público dominante e imerso no mundo digital, utilizam esses espaços para compartilhar seus sofrimentos, angústias, inseguranças e até mesmo formas de se autolesionar.

Autolesão e a instituição da família

Não se pode esquecer que a autolesão é “um problema de saúde pública, que afeta diretamente as relações do indivíduo e as pessoas da sua rede de convívio, em especial, sua família” (GABRIEL *et al.*, 2020, p. 2). Nesse sentido, assim como o *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *Whatsapp*, redes sociais que influenciam no comportamento e compartilhamento das

práticas autolesivas, inclusive encorajando e influenciando os adolescentes a este comportamento, a instituição familiar também pode ser um aspecto de influência para as ocorrências e desencadeamento de comportamentos autolesivos entre esse público.

De acordo com Mendes (2018, p. 10), “inúmeros estudos têm apresentado as adversidades no funcionamento familiar associadas ao envolvimento do adolescente em comportamentos que representam um risco para a sua saúde”. Desse modo, percebe-se que a instituição da família pode ser um aspecto desencadeador de algumas possíveis fissuras, que podem, inclusive, deflagrar em deficiências no desenvolvimento da mente, ocasionando vários tipos de desajustamento e dificuldades quando chegar a etapa da vida adulta (ALMEIDA, 2015).

Como é na fase da adolescência que geralmente acontece a maioria das descobertas da vida, quando os indivíduos buscam sua autonomia em relação ao núcleo familiar e constituem sua identidade e personalidades próprias, a família também possui um papel considerável de importância para se pensar no fenômeno da autolesão entre esse público:

As atitudes inerentes à adolescência apresentam-se geralmente na busca de limites que não foram deliberados quando criança ou são manifestações de resistência contra as várias formas de situações de violência sofridas no seio familiar (ausência de amor, rejeição, apatia, abandono, falta de atenção, confusões, maus-tratos, abuso sexual, violência psicológica e doméstica ou o inverso, excesso de proteção, falta de limites, falta de empatia) (BOMBONATI, 2020, p. 41-42).

Não se pode deixar de destacar que os familiares possuem um grande impacto no desenvolvimento psicossocial do adolescente, sobretudo porque é uma etapa da vida onde ocorrem bastantes alterações físicas, mudanças psicológicas e comportamentais. Aqui já se destacou que, segundo Azevedo *et al.* (2019), as questões familiares também estão entre os fatores que influenciam na predisposição às práticas da autolesão sem ideação suicida. No estudo apresentado pelos autores, afirma-se que “adolescentes que praticam a autolesão geralmente vivem em ambiente não suficientemente bom, fato não apenas restrito ao núcleo familiar, mas também em ambiente social marcado por desigualdades e injustiça” (AZEVEDO *et al.*, 2019, p. 5).

Abordar sociologicamente a instituição da família como fator de risco ou predisponente às práticas autolesivas não suicidas entre adolescentes exige determinado cuidado, até porque a intenção não é transferir a responsabilidade dos casos e situações em que o adolescente apresenta comportamento autolesivo para a família, mas sim explicitar “que indivíduos que mantêm padrões de comportamento como aqueles observados nesta pesquisa,

antes de serem encarados como inapropriados, são vitimados por condições que orbitam o nível macrosociológico” (CAVALCANTE, 2015, p. 132).

Ocorre que, em razão da ausência de uma estrutura familiar sólida, decorrem diversos problemas familiares, como a separação conflituosa dos pais, sentimentos de desvalorização, rejeição por parte do pai, da mãe ou de algum outro membro da família, ocorrência de violência no seio familiar, dependência de substâncias como álcool ou drogas por parte dos pais e demais membros da família entre outras ocorrências. Tudo isso impacta de maneira significativa o adolescente, que está em plena fase de formação e desenvolvimento, e muitos encontram na autolesão “uma função para regular as emoções (reforços automáticos) como para tentar controlar situações externas (reforços sociais)” (FONSECA *et al.*, 2017, p. 255).

Os estudos aqui consultados corroboram que, entre os fatores biopsicossociais que envolvem a adolescência, a instituição da família se constitui como fundamental para assim compreender os comportamentos de risco que rodeiam os indivíduos nesta etapa da vida humana, como é o caso da autolesão.

Quando o desenvolvimento biopsicossocial não acontece de forma bem estruturada, aumentam as probabilidades de falhas na capacidade de pensar abstratamente e, conseqüentemente, de situações envolvendo CRS, que muitas vezes, acabam sendo potencializados em razão dos contextos familiares fragilizados (COSTA *et al.*, 2019).

Por isso a importância de uma estrutura familiar sólida e bem estruturada, principalmente nessa fase da adolescência, tendo em vista que o suporte familiar “possui a importância de proporcionar um ambiente que promova o desenvolvimento saudável, influenciando diretamente em como o adolescente se auto avalia e avalia as demandas externas nesse processo” (GOMES, 2020, p. 18). Quando não há essa promoção de um desenvolvimento saudável, esse adolescente acaba se sentindo pressionado, encurralado, inseguro, desvalorizado ou se sentindo rejeitado por parte da família, o que pode levá-lo a provocar agressões no próprio corpo de forma deliberada e proposital, ou seja, buscando um caráter apaziguador para todos esses sentimentos (DOUTOR, 2016).

Embora hoje em dia os adolescentes já estejam bem mais integrados à sociedade, configurando-se como uma categoria importante e ativa no meio social, a família ainda se constitui como um suporte indispensável nessa fase. Em estudo de Gabriel *et al.* (2020), os autores referem que a dinâmica familiar comprometida, com relações estáveis e afetivas são fatores que contribuem para que os/as adolescentes desenvolvam autonomia e criem teias de confiança entre os convivas.

A mãe falou que desde os 5 anos de idade a filha fica sozinha em casa, porque a mãe precisa trabalhar e que a mãe viu, encontrou umas cartas da menina sabe, e a menina falando “pra que ela existia?” (PS1)

Acho que não é a quantidade, é a qualidade do relacionamento. (PE7)

Então, assim, tem que ter aquele modelinho papai, mamãe, homem e mulher, tudo bonitinho para funcionar direito? Não, **tem que ter uma estrutura familiar que tenha diálogo**, que tenha pessoas que ouçam essa criança, esse adolescente, onde ela possa encontrar respaldo para colocar as angústias dela, para conversar, para colocar o que eles estão sentindo. (PE4) (GABRIEL *et al.*, 2020, p. 5, grifo nosso).

Dessa forma, tendo em vista que o período da adolescência é considerado de risco para a ideação de comportamentos autolesivos e, em situações mais graves, intenções suicidas, uma estrutura familiar sólida e saudável é imprescindível no apoio e acolhimento dos indivíduos nessa fase. A família é a principal instituição da sociedade que pode auxiliar o indivíduo a atravessar essa etapa com mais leveza, entendendo que esses limites são estabelecidos e praticados na base da confiança entre o adolescente e a sua família, até porque a família é o primeiro local de aprendizagem e formação social desses indivíduos.

A relação entre a escola e a prática autolesiva

A categoria dos adolescentes apresenta certas características relacionadas à vulnerabilidade social, psicológica e biológica, tanto individual quanto coletiva desse público. Por isso, a análise da escola também como fator de risco ou predisponente às práticas autolesivas não suicidas entre adolescentes possibilita uma compreensão mais ampla dos problemas psicológicos e sociais que permeiam a fase da adolescência, bem como do próprio fenômeno em si. Especialmente pelo fato de que a escola é o ambiente onde se encontra a maioria absoluta desse público e atua como espaço de transformação social na vida dos adolescentes, tendo assim um “importante papel no que diz respeito ao direito de qualidade de vida e de ensino, sendo fundamental que ressalte, valorize e reconheça a história dos indivíduos que ali estão inseridos” (BOMBONATI, 2020, p. 19).

Para Almeida (2015), a escola é um ambiente essencial no âmbito psicossocial, que auxilia no conjunto das transformações nas relações estabelecidas na adolescência, em que o indivíduo começa a ter suas primeiras experiências intensas de vários sentimentos relacionados a outros sujeitos adolescentes. A questão escolar, sob muitas nuances, é associada a muitos dos problemas sociais relacionados à fase da adolescência:

O prolongamento da escolaridade, a legislação sobre trabalho infantil, que incrementava a idade a que os adolescentes podiam começar a trabalhar, o próprio surgimento da família contemporânea, com o correspondente aumento da

dependência dos jovens em relação às suas famílias de origem, a proliferação de casas de correção para menores e outras medidas públicas constituíram a expressão do reconhecimento social dos «problemas» da adolescência (PAIS, 1990, p. 148).

Contudo, com a crescente frequência dos casos de autolesão ocorridas no Brasil nos últimos anos, esse fenômeno tem se tornado uma temática cada vez mais relevante, tanto que o governo brasileiro sancionou a Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, tornando obrigatória a notificação compulsória dos casos de violência autoprovocada, aos estabelecimentos de saúde e escolas, “incluindo tentativas de suicídio e a automutilação, uma política de prevenção da automutilação e do suicídio” (SÔNEGO; FURSTENAU, 2021, p. 60382). A lei em questão institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (PNPAS), a ser implementada pela União, em cooperação com os estados, o Distrito Federal e os municípios. Em seu artigo 3º, a lei expõe os objetivos da PNPAS:

- I - Promover a saúde mental;
- II - Prevenir a violência autoprovocada;
- III - Controlar os fatores determinantes e condicionantes da saúde mental;
- IV - Garantir o acesso à atenção psicossocial das pessoas em sofrimento psíquico agudo ou crônico, especialmente daquelas com histórico de ideação suicida, automutilações e tentativa de suicídio;
- V - Abordar adequadamente os familiares e as pessoas próximas das vítimas de suicídio e garantir-lhes assistência psicossocial;
- VI - Informar e sensibilizar a sociedade sobre a importância e a relevância das lesões autoprovocadas como problemas de saúde pública passíveis de prevenção;
- VII - promover a articulação intersetorial para a prevenção do suicídio, envolvendo entidades de saúde, educação, comunicação, imprensa, polícia, entre outras;
- VIII - promover a notificação de eventos, o desenvolvimento e o aprimoramento de métodos de coleta e análise de dados sobre automutilações, tentativas de suicídio e suicídios consumados, envolvendo a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os estabelecimentos de saúde e de medicina legal, para subsidiar a formulação de políticas e tomadas de decisão;
- IX - Promover a educação permanente de gestores e de profissionais de saúde em todos os níveis de atenção quanto ao sofrimento psíquico e às lesões autoprovocadas (BRASIL, 2019, p. 1).

Conforme os objetivos acima propostos pela Lei nº 13.819/2019 devem se fazer presentes nas escolas, tendo em vista que se trata do segundo local de aprendizagem e formação social dos adolescentes. É o espaço em que esses indivíduos passam boa parte do seu tempo, onde constroem laços de amizade, onde eles constituem sua identidade e personalidades próprias, além de ser um local onde vivem intensa interação com os seus pares.

Assim, a PNPAS é uma importante ferramenta para que as escolas estejam atentas ao fenômeno da autolesão entre os adolescentes, bem como para proporcionar aos professores e demais componentes da escola uma preparação adequada para a observância das características do comportamento autolesivo. Confirma isso, estudo feito por Gabriel *et al.* (2020, p. 7), “os

resultados indicaram que as percepções de apoio parental e escolar são relativamente mais importantes que o apoio dos amigos”. A PNPAS auxilia na “formação dos profissionais escolares acerca dos comportamentos autolesivos que permitam uma maior facilidade de identificação de jovens em risco” (SÔNEGO; FURSTENAU, 2021, p. 60401). Além disso, é preciso capacitar os técnicos para lidar com esses adolescentes, inclusive informando acerca do encaminhamento adequado aos locais de ajuda.

Essa política, para além do ambiente escolar, é fundamental para se compreender o fenômeno da autolesão na adolescência, bem como os aspectos que contribuem para o comportamento autolesivo entre os adolescentes, a fim de prevenir e evitar a ocorrência desse fenômeno. Por isso a “relevância do contexto escolar neste percurso; pois o mesmo aparece como principal meio de socialização na adolescência, onde experimentam suas identidades para além das famílias” (COSTA *et al.*, 2020, p. 3).

A compreensão dessas nuances da adolescência na instituição escolar, a partir dos aspectos sociológicos, é indispensável para entender os problemas sociais voltados para essa categoria, que apresenta certa vulnerabilidade a determinados problemas sociais, como é o caso do fenômeno da autolesão. A escola é um local que demanda muito na personalidade e nas transformações sociais, biológicas e psicológicas que o adolescente atravessa e, por isso mesmo, deve ser um “ambiente facilitador que forneça cuidados suficientemente bons, e que possibilite a realização de processos de integração” (COSTA *et al.*, 2020, p. 3).

Segundo Gomes (2020), é bastante complicado lidar com adolescentes que apresentam comportamentos autolesivos, ou seja, é um desafio para os professores escolares. Inclusive, “denominada como uma ‘crise escolar silenciosa’, os casos de autolesão, muitas vezes, não chegam aos relatórios dos serviços de saúde e, dessa forma, podem ser subnotificados” (GOMES, 2020, p. 13, grifo no original). Daí a importância de a escola, na observância e atuação como instituição da sociedade, atentar para seus alunos adolescentes no referente a indícios de comportamento autolesivo em suas diretrizes.

As perspectivas das adolescentes que se autolesionam e dos profissionais da educação acerca da interface escola-ALNS apontam para a relevância do ambiente escolar na saúde dos adolescentes, e para a incerteza do papel que a escola deve tomar frente aos casos de ALNS. Ao falarmos sobre a importância do ambiente escolar, é necessário compreender antes a importância do ambiente como um todo. É necessário que haja um ambiente (físico, relacional, social) que forneça cuidado e sustentação para possibilitar que tendência inata ao amadurecimento e à saúde psíquica se realize (COSTA *et al.*, 2020, p. 7).

Não se pode esquecer que, quando os adolescentes passam a conviver no ambiente escolar, eles estão em busca de uma oportunidade da extensão do convívio familiar, ou seja, é uma transgressão para o convívio social. Assim, a escola atua como uma intermediação entre a dependência absoluta do sei familiar e o amadurecimento rumo à independência e à vida adulta. Exatamente por possuir tamanha importância social e formadora na vida dos adolescentes, é que a escola se torna indispensável para o amadurecimento e desenvolvimento formador desses indivíduos, tanto na saúde psíquica, quanto em sua inserção aos agrupamentos sociais e culturais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto ao longo de todo este trabalho, foi possível perceber que a autolesão é um fenômeno bastante recorrente entre o público adolescente e um problema de saúde pública, que impacta diretamente não só nos indivíduos que se autolesionam, como também nas suas relações, nas pessoas da sua rede de convívio, nos ambientes familiar, afetivo, escolar.

Conforme foi destacada a importância da Sociologia da juventude, constatou-se em que sentido a fase da adolescência se enquadra na categoria social de juventude. São relevantes os aspectos biopsicossociais específicos do período da adolescência na formação dos riscos para a ideação de comportamentos de risco, como por exemplo, a prática da autolesão.

Ante o exposto, fica evidente que a autolesão entre adolescentes não pode ser banalizado e tratado como um fenômeno comum, pois além da gravidade inerente a este problema, é preciso lembrar que em situações específicas mais graves, a autolesão pode levar à intenção suicida. Assim, é necessária uma constante observância de qualquer indício de comportamento autolesivo, tanto pela família, quanto pelas escolas, para realizar o direcionamento adequado, a fim de proporcionar a ajuda correta a estes adolescentes.

Desse modo, ressalta-se que o objetivo proposto neste trabalho, de buscar compreender o fenômeno da autolesão na adolescência, a partir das colaborações e conhecimentos das Ciências Sociais e da Sociologia da juventude e entender os aspectos contribuintes para o comportamento autolesivo entre os adolescentes, foi alcançado, tendo em vista que o caminho percorrido neste estudo trouxe um sólido e intenso embasamento teórico para discutir e tratar do tema de forma aprofundada e sob a ótica de uma abordagem sociológica.

Ressalta-se que, como se trata de um estudo de revisão de literatura narrativa, de acordo com o referencial teórico, encontraram-se dados estatísticos interessantes sobre a autolesão na adolescência, com uma prevalência em adolescentes de diferentes classes sociais, interesses, oportunidades educacionais e gêneros, na faixa etária entre 13 e 14 anos, além do fato de que essa prática pode ocorrer pelo menos uma vez na vida, durante o processo relacionado ao período da adolescência.

No que se refere às principais características encontradas sobre a prática autolesiva, encontraram-se aquelas relacionadas à vulnerabilidade social, psicológica e biológica, tanto individual quanto coletiva dos adolescentes, cujos perfis identificados são geralmente marcados por características como a falta de mecanismos de adaptação, atitudes pessimistas, dúvidas pessoais e insegurança, distorção da imagem corporal, baixa autoestima, variação e

instabilidade emocional, personalidade impulsiva, apreciação desfavorável de si mesmo, suas ações, capacidades e atributos, comportamentos de autodepreciação.

Além disso, entre os fatores de riscos encontrados para a autolesão na fase da adolescência, é possível citar as características relacionadas à personalidade, transtornos psíquicos e psiquiátricos, problemas sociais, problemas familiares, influência na escola, uso de substâncias psicoativas. Percebe-se que se trata de um conjunto de fatores que resultam no fenômeno da autolesão entre os adolescentes, não sendo possível estabelecer apenas um fator, como uma idade restrita, ou a família, ou a escola, ou baixa autoestima.

São elementos que se associam e que, atuando em conjunto, provocam atitudes autolesivas como uma forma de distração desse indivíduo em relação aos seus sentimentos negativos, de rejeição, conflitos, frustração e a angústia, proporcionando assim, uma sensação que se compreende por alívio, pelos menos temporariamente. Ou seja, o adolescente provoca a autolesão, não necessariamente para provocar uma dor no processo de automutilação, mas sim, para apaziguador esses sentimentos de algo que o esteja incomodando, seja o que for.

Reitera-se que a presente pesquisa não esgotou as bases teóricas da Sociologia disponíveis, até porque se trata de um tema vasto e que permite diferentes e amplas abordagens. Inclusive fica em aberto para que outros pesquisadores possam dar continuidade à investigação do tema proposto, pois se reconhece que todos os trabalhos possuem suas limitações e que sempre podem ser melhorados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. S. Adolescência e contemporaneidade - aspectos biopsicossociais. **Resid Pediatr.** v. 5, n. 3, Supl. 1, p. 13-16, 2015 Disponível em:

<http://residenciapediatrica.com.br/detalhes/159/adolescencia-e-contemporaneidade---aspectos-biopsicossociais> Acesso em: 28/04/2022.

APA. American Psychological Association. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders: DSM-5.** American Psychiatric Association, Washington, 2014.

AVANCI, J. Q.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. Sintomas depressivos na adolescência: estudo sobre fatores psicossociais em amostra de escolares de um município do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 10, p. 334-2346, out, 2008. Disponível em:

https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v24n10/14.pdf Acesso em: 13/05/2022.

AZEVEDO, A. E. B. I. *et al.* Autolesão na adolescência: como avaliar e tratar. Departamento Científico de Adolescência (2016 - 2018) **Sociedade Brasileira de Pediatria.** n. 12, Jul. 2019. Disponível em: https://deborahpimentel.com.br/wp-content/uploads/2019/08/00000C_-_Guia_Pratico_-_Autolesao_na_adolescencia_-_como_avaliar_e_tratar.pdf Acesso em: 23/05/2022.

BITTENCOURT, A. L. P.; FRANÇA, L. G.; GOLDIM, J. R. Adolescência vulnerável: fatores biopsicossociais relacionados ao uso de drogas. **Rev. bioét.** (Impr.) v. 23, n. 2, p. 311-9, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/LLkVPksnwdZLWZ5FycrXz6r/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12/05/2022.

BOMBONATI, A. C. C. **Automutilação entre adolescentes:** uma análise sociológica no ambiente escolar rural e o caso Girassol. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) Juazeiro, 2020, 137f. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/584596/2/UNIVASF%20ANA%20CARLA%20CASTRO%20AUTOMUTILA%C3%87%C3%83O%20ENTRE%20ADOLESCENTES%20-%20uma%20an%C3%A1lise%20sociol%C3%B3gica%20no%20ambiente%20escolar%20rural%20e%20o%20caso%20Girassol.pdf> Acesso em: 30/05/2022.

BRASIL. **Lei nº 13.819**, de 26 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n%C2%BA-13.819-de-26-de-abril-de-2019-85673796> Acesso em: 31/05/2022.

CAVALCANTE, J. P. B. **Autolesão na era da informação:** abordagem sociológica acerca de uma subcultura juvenil contemporânea. Tese. (Doutorado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/50069/3/2015_tese_jpbcavalcante.pdf.pdf Acesso em: 29/05/2022.

COSTA, C. C. *et al.* **Perfil biopsicossocial de crianças e adolescentes institucionalizados.** Projeto de Iniciação Científica aprovado no Edital 009/2017/PROPE - PIBIC/FAPEMIG/UFSJ. REAS/EJCH | v.11, n. 17. e1671 | DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e1671.2019> / Publicado em: 10/2019.

COSTA, L. C. R. *et al.* Autolesão não suicida e contexto escolar: perspectivas de adolescentes e profissionais da educação. SMAD, **Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.** v. 16, n. 4, p. 39-48, jul.-ago., 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/smad/v16n4/v16n4a06.pdf> Acesso em: 31/05/2022.

DOUTOR, C. Um olhar sociológico sobre os conceitos de juventude e de práticas culturais: perspectivas e reflexões. **Última década**, n. 45, p. 159-174, Proyecto Juventudes, dez. 2016. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:E4dsib6yLcIJ:https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5975475.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 03/05/2022.

FEIJÓ, R. B.; OLIVEIRA, E. M. Comportamento de risco na adolescência. **Jornal de pediatria**, v. 77. Supl. 2, 2001. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54698/000386001.pdf> Acesso em: 20/05/2022.

FONSECA, F. F. *et al.* As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Rev Paul Pediatr.** v. 31, n. 2, p. 258-64, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/Qtvk8gNNVtnzhyqhDRtLX6R/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 14/05/2022.

FONSECA, P. H. N. *et al.* Autolesão sem intenção suicida entre adolescentes. **Arquivos Brasileiros de Psicologia.** Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 246-258, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/abp/v70n3/17.pdf> Acesso em: 24/05/2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GABRIEL, I. M. *et al.* Autolesão não suicida entre adolescentes: significados para profissionais da educação e da Atenção Básica à Saúde. **Escola Anna Nery.** v. 24, n. 4, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/QtyNHwtKW6hx3Xq9gTKgYKnh/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 28/05/2022.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, J. R. **Prevalência de autolesão não suicida e fatores associados em adolescentes do ensino médio na cidade de Rio Grande/RS.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Rio Grande/RS, 2020. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000013542.pdf> Acesso em: 25/05/2022.

GROPPO, L. A. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 20, n. 1, p. 383-402, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321146417024.pdf> Acesso em: 02/05/2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDES, B. K. A. **Automutilação na adolescência**: análise dos fatores que contribuem para a prática do comportamento autolesivo. Monografia (Graduação em Psicologia) - Faculdade de Ensino Superior do Piauí (FAESPI). Teresina – PI, 2018. Disponível em: <http://grupomagister.com.br/uploads/biblioteca/tcc/psicologia/2018/TCC%20-%20BRUNA%20KAROLINA%20ARAUJO%20MENDES.pdf> Acesso em: 22/05/2022.

MOURA, L. R.; TORRES, L. M.; CADETE, M. M. M. Fatores associados aos comportamentos de risco à saúde entre adolescentes brasileiros: uma revisão integrativa. **Rev Esc Enferm USP**. São Paulo. v. 52, e03304, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reusp/a/JvyjzY4B4b7f9P5TLyLpPFK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 19/05/2022.

OJALA, R. **Projetos de futuro de jovens universitários no Distrito Federal**: um estudo de caso. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, junho de 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1747/1/2008_RaisaMPaulinaOjala.pdf Acesso em: 02/05/2022.

OLIVEIRA, A.; SOUZA, S. B.; COSTA, N. M. As principais causas que levam a automutilação em adolescentes: uma revisão integrativa. **REAS - Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v.13, n. 6. DOI: <https://doi.org/10.25248/REAS.e7991.2021>.

OMS, Organização Mundial de Saúde. (2014). **Relatório mundial sobre a prevenção da violência**. São Paulo, SP: Fapesp, 2014.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, v. XXV, p. 139-165, 1990 (1.º, 2.º). Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf> Acesso em: 02/05/2022.

SÔNIGO, R. V.; FURSTENAU, K. K. O Fenômeno Autolesivo em adolescentes numa perspectiva sistêmica. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 6, p. 60380-60414 jun. 2021.

ZAPPE, J. G.; ALVES, C. F.; DELL'AGLIO, D. D. Comportamentos de risco na adolescência: revisão sistemática de estudos empíricos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 79-100, abr. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v24n1/v24n1a06.pdf> Acesso em: 20/05/2022.